



Protocolo número em NL nº 215 de 26/11/08  
página 2 de 2  
Matrícula 11737-34

## **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 102ª  
(CENTÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO  
GERAL PARA DISCUTIR A IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DE  
MANUTENÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB E A  
AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CRECHES PÚBLICAS NO  
DISTRITO FEDERAL,**

**EM 13 DE NOVEMBRO DE 2008.**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Erika Kokay a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito a Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 101ª Sessão Ordinária.

Atendendo ao Requerimento nº 1.212, de 2008, transformo esta sessão ordinária em comissão geral para “discutir a Implantação do Fundo de Manutenção Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e a ampliação da oferta de creches públicas no Distrito Federal”.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Neste momento, convido todos os convidados e protagonistas desta ação para virem ao plenário. Convido também todos os colegas Parlamentares que estejam em seus gabinetes para virem participar deste debate tão oportuno nesta Casa de Leis.

Neste momento, suspendo a sessão por 5 minutos.

(Sessão suspensa às 15h44min e reaberta às 15h57min.)

(Assume a Presidência a Deputada Erika Kokay.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Está reaberta a presente sessão.

É um prazer imenso ter cada um e cada uma de vocês nesta discussão que diz respeito ao FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e às creches do Distrito Federal. Vamos discutir o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, aprovado nesta Casa na última quarta-feira.

Convido para compor a Mesa as seguintes pessoas: a integrante do NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília, Sra. Ana



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

Liesi Truller; a integrante do Programa de Creches do MEC - Ministério da Educação, Sra. Zóia Prestes; o Conselheiro Tutelar de Cellândia, Sr. Evaldo Cardoso da Silva; a representante do Comitê Diretivo do MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, Sra. Ângela Barreto; a integrante do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Monalisa Lacerda; a representante da CUT-DF, Sra. Graça Souza; a representante da Marcha Mundial de Mulheres, Sra. Isabel Freitas; o consultor de educação do Senado Federal Sr. João Monlevarde; e a diretora e coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Sra. Elliceuda França.

É um prazer imenso ter vocês aqui e, particularmente, nossos meninos e nossas meninas presentes.

É um prazer tê-lo aqui no dia de hoje. Como é o seu nome? É um prazer imenso ter você aqui, Wellington de Sousa Santos, nesta comissão geral.

Até 2006, no Brasil, vigorava o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental. A partir de janeiro de 2007, com a sanção do Presidente da República, tivemos uma emenda constitucional aprovada e posteriormente sancionada do FUNDEB, que inclui toda a educação básica e não apenas o ensino fundamental, mas o ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Isso significou um acréscimo de cerca de 50 bilhões no financiamento da educação brasileira para atender, em 2010, quarenta e 8 milhões de alunos do ensino infantil, fundamental e médio.

Temos alguns dados do Censo Escolar do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação, que indicam que, em 29 de março de 2006, existia no Distrito Federal um total de 13.312 crianças matriculadas em creches, das quais 12.667, portanto, 95,02% estavam matriculadas na rede privada de ensino; ou seja, estavam em creches pagas; 35 na rede federal; e 610 crianças na rede pública do Distrito Federal. Desse total, 9.793, 73,6%, possuíam idade de 0 a 3 anos; 3.518, 26,4%, possuem idade de 4 a 6 anos; e 1 na faixa de 7 a 9 anos. Do total de matrículas, 6.864, 51,6%, referem-se a meninos; e 48,4%, 6.448, a meninas.

Na área rural, tínhamos 227 crianças matriculadas em creches, e todas em creches privadas.

Os dados da PNAD de 2006, divulgados pelo IBGE, indicam que existiam, em setembro de 2006, 24 mil crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches ou escolas.

Há uma diferença entre os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 24.000, e do censo escolar, 9.793, que avallamos que provavelmente se deu em função das creches estatais, consideradas creches do Estado, ou seja,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

estabelecimentos escolares inscritos na rede educacional oficial pública e privada, e as creches que atendiam 14.207 crianças de 0 a 3 anos provavelmente eram creches conveniadas, que tinham a lógica da assistência social, dirigida à população em situação de vulnerabilidade social.

Então, nós consideramos que o censo escolar colheu apenas as creches que fazem parte do cadastro de estabelecimentos de ensino, estabelecimentos educacionais, e excluiu as creches ditas sociais, conveniadas com o Estado. E se considerarmos os dados da PNAD de 2006, que são mais amplos, o Distrito Federal apresenta uma cobertura de 16.9% de crianças com idade de 0 a 3 anos freqüentando creche ou escola. Mas, como eu disse, 95.2% cobertas por rede privada.

Esses dados indicam um percentual de crianças de 0 a 3 anos em creches superior a média nacional, mas inferior a estados como o de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraná e Mato Grosso do Sul. No Distrito Federal, 119 mil crianças, 83.1%, de 0 a 3 anos de idade, não freqüentam escola ou creche. Nem na rede nacional autorizada, nem na rede de assistência social, com ou sem convênio com o Governo do Distrito Federal. Isso significa que temos uma grande maioria de crianças fora de creches aqui no Distrito Federal.

Com a implantação do FUNDEB, o Ministério da Educação estabeleceu a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches até o ano de 2010. É a meta estabelecida pelo Ministério da Educação a partir da aprovação do FUNDEB, até 2010. Isso significa que a Rede de Ensino do Distrito Federal deveria garantir novas matrículas nas creches escolares públicas de 2007 a 2010, para uma média anual de 30 mil crianças, além de incluir na rede oficial as crianças atendidas pela rede assistencial. Ou seja, 14.207 crianças deveriam ser incorporadas pela Secretaria de Educação, em uma concepção de que a creche que está prevista no Plano Nacional é a primeira etapa da educação básica. Portanto, é uma política da educação e, neste sentido, deve-se caminhar para sua universalização e não ter qualquer tipo de recorte. Além das 30.000 crianças que deveriam ser incorporadas, que estão fora de creches, deveriam transferir as crianças que estão na assistência social, nas creches conveniadas públicas não estatais, para a Secretaria de Educação, e incorporar as crianças que vão ainda nascer nesse período. Portanto, é uma demanda ainda a ser incorporada.

Temos aqui no Distrito Federal uma preocupação muito grande com o atraso na efetivação do FUNDEB e também com a baixa prioridade que o Governo do Distrito Federal atribui aos gastos em políticas sociais, como educação e saúde. Temos um reiterado uso de artifícios contábeis para que o Distrito Federal cumpra os 25% do percentual constitucional que deveriam ser destinados à educação. Ele é composto com recursos do Governo Federal, ou seja, nós temos aqui um Fundo Constitucional dedicado à educação, saúde e segurança, e temos um Orçamento que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

é absolutamente vultoso, se compararmos com outros lugares do País. Mas não vemos uma qualidade na execução da política e não vemos que há prioridade às creches. Ainda que o Governo diga que prioriza a educação, que é prioridade zero, temos aqui um relatório de 2006, do TCDF, feito em uma auditoria realizada, que mostra que apenas 16.8% das mais de 600 escolas públicas do Distrito Federal, portanto 102 escolas, estavam em condições satisfatórias em termos de instalações físicas. Sendo que 31%, 290 escolas precisavam de reformas profundas. Nós também estamos acompanhando, e estamos vendo que algumas escolas estão sendo reformadas. Mas temos várias escolas, em Samambaia, na Vila Planalto... que foram instaladas em locais provisórios há dez anos. Seriam locais provisórios até que se conseguissem as estruturas necessárias. Portanto, temos aqui uma preocupação imensa com a creche, que é um direito da criança e um direito da mulher.

Temos aqui uma demanda de todos os conselhos tutelares do Distrito Federal — e aqui faço uma saudação especial aos conselheiros que acompanham esta comissão geral e faço esta homenagem porque estamos quase no dia do conselho tutelar —, absolutamente unânime, independente de onde eles estejam instalados, que é a demanda por creche. A demanda por creche é absolutamente uníssona, está em todos os conselhos tutelares como uma das prioridades. A outra demanda é para que haja uma política de saúde que atenda crianças e adolescentes em situação de "drogadição". São duas demandas que perpassam o Conselho de Brasília, o de Samambaia, o de Santa Maria... É absolutamente unânime.

Tivemos, inclusive, uma ação do Conselho Tutelar de Ceilândia na perspectiva de assegurar o direito. Existem várias leis que asseguram o direito à creche neste País para além da própria condição humana. Não deveríamos precisar de lei nenhuma para que esses direitos fossem exercidos com dignidade, para que eles fossem exercidos na sua plenitude. E nós não temos uma resposta do Governo do Distrito Federal.

No ano passado, chegamos a aumentar o orçamento na perspectiva de que tivéssemos no orçamento para este ano um valor maior para que pudéssemos ter creche.

Temos, inclusive, uma ação que está hoje no Supremo Tribunal Federal, em grau de recurso, movida pelo Ministério Público, pela Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude. Inclusive, junto com o Ministério Público e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, já estivemos com o Relator da matéria no Supremo, Ministro Carlos Aires, para dizer que havia a necessidade de que tivéssemos uma posição.

É um direito. A ação diz respeito ao direito universal, sem nenhum tipo de recorte, à creche. Temos um entendimento — e acho que o Supremo caminha nessa perspectiva também, com alguns avanços — de que isso não é uma norma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

programática, que está submetida ao poder discricionário do Estado. Ou seja, uma norma programática, um programa que é um direito que tem de ser assegurado quanto uma lei que tem de ser efetivada, porque estamos falando do que diz a nossa Constituição: que criança e adolescente são prioridades absolutas. É a única prioridade absoluta. Vários segmentos vulnerabilizados, minorizados do País são prioritários no atendimento pelo Estado, mas nenhum goza de prioridade absoluta como criança e adolescente.

Temos uma preocupação muito grande porque, quando falamos em creche, estamos falando de uma etapa da vida em que se estabelecem princípios e paradigmas fundamentais, que serão basilares para o resto da vida. Estamos falando de uma etapa em que se estabelecem as relações em grupo, a comunicação em grupo, em que o ser humano busca as formas que a humanidade tem para superar ou para minimizar a sua condição, a nossa condição de sermos seres faltantes, que precisamos nos sentir pertencentes a algo maior do que nós individualmente para que possamos nos sentir no exercício pleno desta condição humana. É nessa etapa em que se buscam as relações, em que se desenvolvem as diversas formas de inteligência, muitas vezes negada no banco escolar, a inteligência corpórea, a inteligência cognitiva, a inteligência afetiva, que muitas vezes são negadas. Digo isso porque, na inteligência concreta, um menino de 7 anos ficar 5 horas e meia em uma cadeira significa que o corpo dele está sendo negado, esquecido. A inteligência corpórea, a forma como ele se relaciona com os outros, estabelece a trama das suas próprias relações e se coloca enquanto sujeito individual e coletivo.

Temos, no Distrito Federal, uma estrutura de escolas que negam a "ludicidade", os espaços para que os meninos e meninas possam se desenvolver de todas as formas que o ser humano pode se desenvolver. Temos escolas que não abrigam os espaços para o corpo, para o lúdico, fundamentais nessa fase. Existe uma grande discussão que envolve algumas escolas porque, agora, com a obrigatoriedade do ensino fundamental a partir dos 6 anos e não mais dos 7, há crianças que estão na educação infantil, de 4 a 6 anos, na dita pré-escola, em escolas com estrutura compatível com essa fase da vida, que estão saindo da educação infantil e adentrando, com 6 anos, as escolas classes, que não detêm nenhum espaço para que o lúdico se realize e a criança se sinta inteira.

Portanto, temos uma compreensão muito grande da importância das creches no Distrito Federal. Importância pela angústia que atinge tantas mulheres e crianças que são cuidadas de qualquer forma. Temos o advento das creches clandestinas, ditas clandestinas, aqui no Distrito Federal, mas a ausência de um direito vai alimentar a violação de outro direito. Temos, no Distrito Federal, muitas vezes, situações de trabalho infantil; ou seja, a vizinha, que tem 12, 13 anos, recebe 50, 60, 80 reais para olhar a criança que está excluída de uma política de educação. Temos aqui o conselho tutelar, que sabe disso. Muitas mães deixam seus filhos em casa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

sozinhos. E como a violação de um direito leva à violação de outro, essas mães, muitas vezes, têm questionada a guarda de seus meninos porque os deixam sozinhos para que possam trabalhar. Por essas crianças ficarem sozinhas, essas mães sofrem denúncias e têm que disputar a permanência da guarda.

Uma mãe do Paranoá disse certa vez – vai demorar muito tempo para que eu possa esquecer, se é que um dia vou esquecer –, que estava com a guarda dos filhos questionada porque deixava o de 8 com o de 6, com o de 4, enfim, em casa, para trabalhar. Ela relatou que fazia a comida antes de ir ao trabalho e a deixava no chão, porque tinha medo de os meninos subirem em cima de um banquinho e acabarem caindo e se machucando. Isso não é natural. Há um direito das mulheres, dos pais, das crianças à creche, assegurado em várias leis, que não pode ser considerado programático ou um norte a ser seguido. Tem de ser considerado princípio “fundante” da Constituição e, ao mesmo tempo, da condição humana neste País. Por isso, estamos convivendo com uma violação de direitos muito grande.

Já tivemos a época CDS – Centro de Desenvolvimento Social de Ceilândia, uma demanda de creches, cuja solicitação foi feita por milhares de famílias. Se adentrarmos, hoje, em qualquer CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, verificaremos que a maior demanda é de creche. E é uma demanda subnotificada, porque há a desistência pelo desalento; ou seja, as pessoas reivindicam o direito à creche e ele não vem. Então, elas desistem do Estado para buscar o seu próprio direito, vão buscar os seus arranjos familiares e comunitários. E esta criança vai estar excluída de uma lógica de um atendimento educacional.

Isso vai possibilitar um desenvolvimento futuro, infinitamente mais acentuado, porque as pesquisas indicam que as crianças que vão às creches são crianças que tem mais relação comunitária, maior capacidade de resolução de problemas, maior capacidade de encarar frustrações, maior preparo, sob todos os aspectos, para enfrentar a vida e maior desenvolvimento cognitivo.

A creche está relacionada à lógica da educação e da assistência social, porque, muitas vezes, existem excelentes instituições que prestam ótimo atendimento conveniado à Secretaria de Educação, e nós reconhecemos isso.

Sabe-se da existência da excelência de várias creches conveniadas, mas de toda sorte, esse é um espaço que passa empobrecido para uma população empobrecida, para que a pobreza persista contra uma sina determinada por uma loteria biológica que joga 2 terços da humanidade em famílias que têm uma renda abaixo da linha da pobreza.

E vamos ver, no Distrito Federal, que quanto menor a renda individual da cidade, maior o número de crianças e adolescentes. As maiores rendas *per capita* do Distrito Federal: Sudoeste e Lagos são locais com o menor número de crianças e adolescentes, ou seja, as maiores rendas têm o menor número de crianças e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

adolescentes. Os locais com menor renda, como Itapuã, Estrutural, Recanto das Emas, Varjão e Planaltina têm o maior número de crianças e adolescentes e onde existem menos políticas para as crianças e para os adolescentes.

Então, há uma inversão que perpetua o nível de apartação social, geográfica e desigualdade social que faz do Distrito Federal a Unidade da Federação mais desigual de todo o Brasil, a partir das pesquisas estabelecidas.

Portanto, precisamos de creches públicas de qualidade. Eu lembro muito que nós participamos ativamente, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, juntamente com os conselhos tutelares, de uma carreta de carrinhos de bebê no Congresso Nacional, para que se incorporasse no FUNDEB as creches porque, no primeiro momento, elas não estavam incluídas.

Depois, lá no Congresso Nacional, fizemos uma manifestação com as bandeiras feitas de fraldas, ou seja, as nossas bandeiras brancas eram fraldas para que, transitoriamente, as creches conveniadas fossem incluídas nesse Fundo, porque aqui temos um número diminuto de creches públicas e estatais.

Alguns dizem que temos 6 creches. Outros dizem que algumas creches foram reativadas. Outros falam em 9 creches públicas do Estado para uma população de 2 milhões e 500 mil habitantes, e temos 43 creches conveniadas. E se nós tirássemos o financiamento do FUNDEB das creches conveniadas, no primeiro momento, seriam 43 creches que estariam excluídas do FUNDEB e havia que se estabelecer uma transitoriedade porque são políticas que visam apenas a resgatar direitos e garantir direitos da população, pois o centro é a pessoa. O centro é a pessoa! O centro tem que ser sempre a pessoa. Porque, em última instância, é para isso que servem as políticas que se dizem públicas. Muitas vezes, não são tão públicas assim e não têm a universalidade que nós gostaríamos que tivessem na nossa cidade.

Nós já fizemos um movimento há alguns anos, Creche já, incorporando as entidades sindicais, as mães trabalhadoras, os pais trabalhadores e, ao mesmo tempo, fizemos uma manifestação em frente ao Buriti, à época, com a parceria, trabalhando sempre em rede com as associações, com as entidades, com os trabalhadores, com os sindicatos, com os conselhos tutelares, que são parceiros de primeira e última hora e parceiros de todos os momentos, na perspectiva de que nós pudéssemos assegurar esse direito.

Nós temos um entendimento – e nós falamos isso para o relator do projeto - que dá forma como está prevista a política e a falta de prioridade de creches aqui no Distrito Federal – obviamente que se o STF der provimento à ação, se acatá-la – será difícil que tenhamos, já no próximo ano, a universalização da creche. Mas o que gostaríamos é que o Estado se reunisse com o Ministério Público, com as entidades e estabelecesse um planejamento, uma meta, um cronograma, como foi feito em nível



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

nacional. Ou seja, que até 2010, pelo menos 50% sejam efetivadas. Eu não sei se serão, mas são metas a serem efetivadas a partir do reconhecimento de quem é o direito, e que o direito é absolutamente peremptório e tem que ser aplicado, não apenas falado ou lembrado como algo distante.

Então, nós queríamos que o Governo do Distrito Federal pudesse sentar e fazer esse planejamento: "ano que vem, iremos incorporar tantas crianças; no outro ano, vamos incorporar mais tantas". Assim, poderíamos ter a perspectiva de ter a oferta de creche para todos os meninos e meninas da nossa cidade, para todos os meninos e meninas. Que nenhuma mãe carregue a dor muito grande de não saber como vai encontrar seus filhos ao voltar do trabalho, ou de voltar de qualquer lugar. Que todas as mães e todos os pais possam sair de casa com a segurança de que seus meninos estão bem. Não apenas cuidados ou sobrevivendo, mas que estão bem com todas as oportunidades que têm que ser disponibilizadas a eles, para que possamos fazer esse exercício mágico que, muitas vezes, surpreende a existência humana.

Portanto, temos absoluta segurança de que temos aqui mais de 30% dos lares dirigidos por mulheres que tem que trabalhar. Mulheres que tem que ter o direito de trabalhar e que mesmo que haja outra renda dentro de casa, via de regra como neste País o fruto da cultura é sexista, é machista, as mulheres adentram o mercado de trabalho, mas as tarefas domésticas e de educação continuam sendo prioritariamente exercidas pelas mulheres.

As mulheres, muitas vezes, largam o trabalho para que o companheiro, o homem, possa trabalhar, para que as crianças sejam cuidadas. E mais do que isso, há quem ache que tem que existir creche só para os pais que trabalham; tem que existir creche para que as pessoas possam ter espaços públicos sendo construídos e para que as pessoas se coloquem como sujeitos desses espaços públicos.

Acho que para construirmos uma sociedade com equidade de gênero, nas condições estruturais que temos, fruto dessa sociedade sexista em que pese essa desigualdade que é reproduzida todos os dias, temos que ter políticas públicas de qualidade, dentre elas, a creche. Por isso, é pauta de reivindicação não apenas o movimento da defesa dos direitos da criança e do adolescente, de todo ele, mas também é pauta de reivindicação o movimento de defesa dos direitos das mulheres neste País.

Por isso, nós estamos realizando esta comissão geral, esta discussão. Queremos aqui trazer as discussões necessárias para que possamos, quem sabe, abraçar a Secretaria de Educação, abraçar os prédios onde está instalado o Poder Executivo e dizer que esse abraço se concretiza se houver o vislumbre e o comprometimento do Governo com a efetivação de creches.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

Além disso, eu encerro com mais este raciocínio: nós vivemos há algum tempo uma angústia imensa com as próprias creches conveniadas, porque, muitas vezes, elas não recebem o *per capita*, o repasse. Não tem como, efetivamente, colocar em prática a política, ficamos numa situação de absoluta angústia. Quantas vezes nós tivemos que traçar discussões para que houvesse a manutenção e o cumprimento do convênio do Estado com as creches conveniadas! Achemos que a responsabilidade tem de ser da Educação, sem nenhuma dúvida, mas não podemos negar a realidade de que a maioria esmagadora das crianças que estão em creches públicas está em creches públicas não estatais. Há que se ter esse dado, ainda que transitoriamente, para que possamos ter uma política de educação que incorpore as creches e acabe com essa dor tão desnecessária e com esse corredor - muitas vezes de vidro, invisível, que não se vê, mas se sente, e se sente muito -, o corredor da desigualdade social.

Por causa disso, estamos aqui hoje com todos e todas que compõem esta Mesa, para que possamos traçar esta discussão e apontar rumos, apontar encaminhamentos necessários a fim de que possamos avançar na oferta de creches aqui no Distrito Federal.

Nesse sentido, eu concedo a palavra, neste momento, à integrante do NEPEM da Universidade de Brasília, Sra. Ana Liesi Trurler. Eu sempre gosto de dizer que ela foi a primeira mulher a trabalhar no Banco do Brasil como escriturária, como bancária. Em 1969, as mulheres não podiam fazer concurso público para o Banco do Brasil. Vocês sabiam disso? Só os homens podiam prestar concurso público para o Banco do Brasil. Esta gaúcha entrou na Justiça para ter o direito de prestar o concurso público do Banco do Brasil. Ganhou na Justiça e entrou no Banco do Brasil. A partir dali, as mulheres e os homens puderam fazer concurso público, porque o concurso não era tão público. Era público, mas apenas para o público masculino. Ele não era absolutamente público, porque menos de 50% da população brasileira podia disputar um concurso para entrar no Banco do Brasil. Dona Liesi é a primeira mulher, através de ação judicial, a fazer um concurso público do Banco do Brasil. Tudo isso foi fruto da nossa luta, e, muitas vezes, esquecemos o que já fizeram com as mulheres. É bom não esquecermos para também não esquecermos o que ainda fazem em relação à violação dos direitos das mulheres.

Então, Dona Liesi, é um prazer imenso tê-la aqui para esta discussão.

SRA. ANA LIESI TRURLER – Boa-tarde a todas e a todos. Eu cumprimento cada um dos integrantes desta Mesa e dou, especialmente, boas-vindas aos 2 homens que se somam a nós. Eles ainda são minoria, mas gostaríamos que eles cada vez mais se sensibilizassem. As questões ligadas à parentalidade no masculino e no feminino dizem respeito, realmente, a todos nós. As crianças nos dizem respeito. Então, eu cumprimento também as mulheres e, especialmente, os homens que atenderam ao chamado e vieram participar desta comissão geral.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

Parabenizo, muito sensibilizada, a Deputada Erika Kokay, que pauta essa questão sumamente relevante para efetivarmos, ampliarmos e aprofundarmos a democracia na sociedade brasileira.

Colocarei aqui algumas questões que têm sido objeto da minha reflexão e do meu trabalho, que originariamente começou com a questão da paternidade, do não-reconhecimento da paternidade de crianças brasileiras, que não é um fenômeno menor, mas um fenômeno de dimensões preocupantes. A partir daí eu fui me envolvendo com as crianças, com a questão do tema das crianças e também o tema da creche.

Por que eu inseri a questão da creche no âmbito do tema do reconhecimento? Eu comecei estudando, pesquisando e construindo uma tese de doutoramento sobre o não-reconhecimento paterno, pois a ausência de uma rede de creches no Brasil também se traduz em outra forma de não-reconhecimento - em um não-reconhecimento social, institucional e do Estado das crianças brasileiras. Então, o não-reconhecimento paterno, que é o reconhecimento afetivo, jurídico, convive e se explica com o não-reconhecimento dessa criança por parte do Estado e da sociedade.

Portanto, estamos falando sempre do reconhecimento. As nossas crianças sofrem o não-reconhecimento nesses 2 âmbitos. E essas questões todas que retratam o precário reconhecimento das crianças brasileiras, na primeira infância, são transversalizadas, isto é, são perpassadas pelas relações sociais de gênero.

A Deputada Erika Kokay, na abertura dos nossos trabalhos, falou como a primeira infância é uma fase muito especial da vida. Então, não é somente uma faixa etária. Não estamos tratando somente de uma faixa etária. Estamos falando de um domínio complexo que é impactado por todas as dinâmicas sociais, que também é perpassado por tensões e contradições. Uma das contradições sobre a qual eu poderia falar - apesar de as crianças serem, por um lado, enaltecidas nos discursos, pois romantiza-se a infância, na prática são abandonadas e esquecidas, sofrendo toda ordem de violência.

Eu gostaria de traduzir o que significa construir uma rede de creches e propiciar uma oferta universal de creches em nosso País, uma vez que estamos falando desde a capital deste País, que não acolhe devidamente as novas gerações que estão chegando. É por isso que eu também falo de um reconhecimento geracional que precisamos assumir.

Então, as creches significariam uma rede de solidariedade com as mulheres mães por um lado e, por outro lado, uma rede de reconhecimento de meninas e meninos como sujeitos de direitos. Desde o nascimento com vida, cada menina e cada menino do nosso País é sujeito de direito. E essa condição precisa ser efetivada na vida, precisa ser concretizada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

Podemos verificar que estamos nos inserindo, nesta tarde, aqui em Brasília, em um processo que tem mais de 60 anos de demanda por creches. Estamos aqui assumindo uma herança de continuar demandando, no século XX, a concretização das creches.

Uma primeira data de referência para nós seria a de 1943 com a CLT – Consolidação as Leis do Trabalho, que propôs creches muito restritamente, preocupada mais com a amamentação da criança nos 6 primeiros meses de vida. Mas o governo ousou propor, simplesmente, para as empresas privadas.

Outra data que eu pontuaria é 1956, quando ocorreu a Conferência Nacional de Trabalhadoras. Foram as mulheres trabalhadoras as primeiras demandadoras de creches em nosso país.

A década de 70 foi toda pontuada por muitas lutas por creches. Tivemos, inclusive, em 1975, as Nações Unidas declarando o Ano Internacional da Mulher, que repercutiu em nosso país. A creche foi mantida na agenda social do País. Em São Paulo, foram criados 2 jornais pelo movimento social. Esses jornais pautavam muito a questão da creche nos seus editoriais.

Uma data importantíssima foi 1983, pois as mulheres, em diálogo com seus sindicatos, conseguiram pela primeira vez que um sindicato incluísse no dissídio coletivo cláusulas relativas à primeira infância – foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

É bom termos algumas referências dessas lutas.

Em 1988 – com muita organização e uma forte demanda de mulheres, movimentos de mulheres e mulheres feministas –, conseguiram incluir na Constituição Federal, em duas passagens, o direito à creche.

Conseguiram incluir no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais -, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais -, no art. 7º, nos seguintes termos: "assistência gratuita aos filhos de trabalhadores dependentes, desde o nascimento até os 6 anos de idade, em creches ou pré-escolas".

E, no Título VIII - Da Ordem Social -, no Capítulo III - Da Educação -, no art. 208, inciso IV: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil em creches e pré-escola a crianças até 5 anos de idade". "Até os 5 anos" foi, posteriormente, com emendas, alterado. Pois originalmente, em 1988, era "até 6 anos". Depois, houve uma rediscussão e uma reflexão, e "6 anos" foi incorporado na educação fundamental.

Em 2007, finalmente, quase vinte anos depois de a Constituição ter incorporado seus direitos em duas passagens, conseguimos aprovar a Lei FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Educação básica,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

incluindo educação infantil de 0 a 5 anos, educação fundamental e ensino médio. Educação infantil significando creche até 3 anos e pré-escola de 4 e 5 anos.

Eu gostaria de lembrar que, espantosamente, apesar de estar duas vezes na nossa Constituição, a proposta de emenda constitucional foi, em 2003, mandada do MEC para a Presidência da República sem contemplar a educação infantil. Depois, em 2005, foi enviada da Presidência da República para o Congresso Nacional ainda sem contemplar a educação infantil. Só em dezembro de 2005, a Deputada Iara Bernardes propôs um projeto de lei para a Inclusão da educação infantil. Somente em 2007 foi incorporado, finalmente.

Temos, historicamente, uma questão ideológica de compreensão de que a creche é para socorrer, estritamente, a pobreza. Tinha um caráter estritamente assistencial. Tanto que se olharmos as trajetórias, a demanda por creches, perceberemos que, em um primeiro momento, foi das mulheres trabalhadoras e, em um segundo momento, ainda das mulheres do movimento social e das feministas.

Finalmente, vamos ter a companhia dos educadores a partir de 2006/2007, quando, então, vai-se colocar a creche no seu devido lugar. A creche como um espaço de cuidado, socialização, educação das nossas crianças.

Mesmo considerando os extratos que podem pagar a melhor babá ou aqueles que optariam por ter a melhor mãe cuidando dessa criança, não temos, como a Deputada Erika Kokay colocou na abertura, a situação ideal para as nossas crianças, que seria a de conviver com os seus iguais. Aprender a convivência democrática com os seus iguais já é um exercício para a criança.

Mas, nesse processo todo, os homens estão se somando a nós, mulheres, como esta Mesa retrata e como esse público presente também espelha. Assumimos lutas culturais e políticas, porque precisamos focalizar uma divisão sexual do poder, no espaço privado e no espaço público, e uma divisão sexual do trabalho parental paterno e materno. São questões que estão embutidas na questão da creche.

Enfrentamos lutas formais e legais, no âmbito da Constituição de 88. Foram 2 anos de lutas intensas no processo constituinte, 87 e 88, e para a aprovação da Lei FUNDEB, em junho do ano passado.

Resumindo, esse caminho que fizemos coletivamente e que desejamos e precisamos ampliar – esta comissão geral significa já uma ampliação – é uma luta política das mulheres. As mulheres são as fortes demandadoras de creches no País, seja nos anos 50, estritamente pelas trabalhadoras; nos anos 70, em que se somam o Movimento de Mulheres e as feministas; nos anos 80, marcados pelas lutas por incorporação na Constituição. Essa luta política das mulheres continua no Século XXI. Aqui estamos nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

Então, eu gostaria de trazer o depoimento de uma feminista que, inclusive, escreveu bastante sobre esse processo, documentando-o. Ela é uma protagonista dessas lutas. Dando a dimensão rica e o significado desse processo de luta por creches, ela diz o seguinte: "Quando tento capturar o significado da força arrebatadora dessa reivindicação por creches, em mim e entre certas feministas, encontro sua razão de ser em um projeto radical de transformação da família que possa resgatar não só a mãe, mas também o pai e o filho".

Então, as mulheres, nesse processo todo e nesse trajeto, que tem quase sessenta anos, conseguiram levar a questão das creches ao Poder Legislativo. Esse tema foi objeto constante no Parlamento Nacional, em 1977, na CPI Mista da Mulher no Congresso Nacional. Conseguiram levar ao Poder Executivo, em 87 e 88, esse tema. Essa demanda esteve fortemente presente no processo constituinte e no debate na esfera pública, que é o que estamos fazendo neste momento.

Então, o não-reconhecimento institucional da primeira infância, toda a resistência, a constituição de uma rede de creches no País nos possibilitam perguntar: quem é mais penalizado? Sabemos que as fragilidades, as vulnerabilidades estão desigualmente distribuídas na sociedade. Então, elas são atingidas por gênero, classe, raça e etnicidade. Nós sabemos, e muitas pesquisas confirmam que os mais vulneráveis nesta questão são as mães e as meninas e meninos mais pobres, negros e pardos.

No Brasil vem crescendo o número de famílias monoparentais. Essa questão tem sido monitorada e acompanhada por instituições oficiais, o IBGE, o IPEA. Então, os números são oficiais, não se trata de estimativas. Então, passamos em 1991 de 18.1% famílias chefiadas por mulheres para em 2007, 33%. Hoje, 1 em cada 3 famílias são monoparentais e a vasta maioria delas é chefiada por mulheres. Tivemos no Brasil em 1996, 7.4% das nossas crianças até 3 anos matriculadas em creches. Em 2006, 15.5%. Então, há realmente um progresso. No Distrito Federal, apenas 3% das crianças estão matriculadas em creches. E desse universo somente 16% estão na rede pública.

O que eu gostaria de destacar na construção deste quadro de fundo para esta discussão é que a atual divisão sexual do trabalho parental resulta não de alguma fatalidade, não há uma determinação, não está escrito nas estrelas, mas resulta de decisões políticas e de uma construção cultural, que estabelece que os cuidados cotidianos de meninos e meninas são gratuitos e é o trabalho não remunerado das mulheres. Então, as mulheres brasileiras, mediante o seu trabalho não pago, cuidam de aproximadamente 11 milhões de crianças até 3 anos de idade.

Então, ficam algumas interrogações: É possível termos uma sociedade democrática sem ampla inclusão das mulheres na vida pública? Sem o reconhecimento institucional da primeira infância? E sem uma redistribuição sexual



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

do trabalho doméstico e parental? Eu diria que a igualdade não é uma utopia. O reconhecimento institucional e social da primeira infância, com oferecimento universal de creches, é tanto uma política de proteção dos direitos de meninas e meninos quanto uma política de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Então, há uma interdependência. Nós não teremos realmente a igualdade entre mulheres e homens, presente tanto na nossa Constituição como em documentos diversos e em convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, sem realmente retirarmos do espaço privado, sem retirarmos da condição de prioritariamente filhos da mãe milhões de crianças brasileiras.

E estamos, neste momento, vendo o capitalismo, por todos os lados, promover uma socialização dos prejuízos nesta crise que estamos vivendo. Ao mesmo tempo, o capitalismo continua jogando para o privado o cuidado com as gerações que chegam. Quer dizer, as pessoas inclusive se equivocam quando elas ganham algum tipo de ajuda, designada das mais variadas formas, como o auxílio-creche, porque são modalidades variadas de continuar mantendo no privado, desfigurando o significado da creche. Desqualificando e subvalorizando o que seria creche. Então, as pessoas deveriam exercer uma crítica diante dessa questão, até desses subsídios, auxílios que recebem para o cuidado das suas crianças.

A creche é um espaço de exercício de convivência das nossas crianças, de socialização, de educação para a democracia, de atenção, enfim, e de torná-las cidadãs, sujeitos de direitos, a serem acolhidas pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Muito obrigada, Ana Liesl, pela contribuição.

Concedo a palavra ao consultor de educação do Senado Federal, João Monlevarde.

SR. JOÃO MONLEVARDE – Muito obrigado.

O Senado se faz presente por intermédio de alguém que milita na consultoria legislativa, nos assuntos de educação e cultura.

A gente inicia a nossa fala, que vai ser breve, mas incisiva, agradecendo à Câmara Legislativa por essa oportunidade, em especial à Deputada Erika Kokay, e principalmente parabenizando os adultos e as crianças que estão aqui, interrompendo o seu cotidiano para refletirmos um pouco sobre essa realidade tão importante, que é a necessidade da creche em nossa sociedade.

Então, como já ficou muito claro pelas palavras da colega, a creche é um direito de todos; direito não só dos pais de se livrar das crianças, se é que a gente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

pode brincar assim, mas, principalmente, direito da criança de se introduzir na sociedade, de se introduzir na oferta da educação pública.

Aqui no Distrito Federal nascem, mais ou menos, 42 mil crianças por ano. É um bocado de criança. Só estão aqui umas 10, representando as que nascem num ano. Creche é para crianças até 3 anos, portanto, são 4 gerações, 4 fornadas, que dariam mais de 160 mil crianças residentes aqui no Distrito Federal. E aí, conforme ficou claro pelas palavras da Deputada, um número mínimo é atendido em creche. Nós temos, no máximo, pelas estatísticas mais otimistas, 25 mil crianças atendidas em creche, mas em creche pública e gratuita, é um número ridículo de 600 matrículas.

E aí eu pergunto a vocês: será que faltariam professores para essas creches? Não. Não faltam, não. Até 2001, eu vejo aqui presente a representante da Secretaria da Educação, havia 7 escolas normais que formavam 2 mil professoras por ano, perfeitamente preparadas para o atendimento na educação infantil. E, atualmente, são quase 3 mil professoras que se formam nos cursos de pedagogia. Somente na UnB são 100, na universidade pública, mas nas faculdades particulares, que a gente tem em todas as cidades, somam quase 3 mil professores formados a cada ano. Então, não faltam professores. Faltariam crianças? É claro que não! A gente já viu que temos 160 mil crianças, das quais somente 600 são atendidas. Faltam prédios? Prédios adequados para creches faltam sim. Embora haja na minha cidade, Ceilândia, um prédio pronto desde abril, já inaugurado, vazio e os únicos 2 habitantes lá são 2 vigias, um de dia e outro de noite.

Agora, se nós quiséssemos que no ano próximo, em 2009, se multiplicassem as creches, há uma solução muito simples, que é se readequar vários prédios de escolas públicas, principalmente as escolas classes, que estão ficando ociosas, porque diminuiu a matrícula de 200 mil para 170 mil no ensino fundamental; portanto, espaço não falta. E principalmente não falta dinheiro. Vejam vocês: existe um imposto, que nem todos nós conhecemos, chamado ICMS, que está embutido quando a gente paga uma conta de luz: se ela é de 50 reais, 12 reais e 50 centavos são de ICMS. Em um cartão de telefone que custa 10 reais, 3 reais são de ICMS. Em qualquer compra – de sapato, sandália havalana, pão, biscoito, sorvete, qualquer coisa de que criança gosta –, quase 20% são de ICMS.

Então, o GDF está arrecadando 4 bilhões de reais de ICMS por ano; 360 milhões, Deputada Erika Kokay, por mês, principalmente agora com o Sr. Valdivino Oliveira de novo, que é bom para arrecadar. Isso significa 10 milhões por dia. Suponhamos que a gente trabalhasse 10 horas por dia; seria 1 milhão por hora. Ou seja, enquanto a gente estivesse aqui, nessa 1 hora, já teriam sido arrecadados 2 milhões de reais de ICMS. Mas o ICMS é um dos impostos. Vocês conhecem o IPTU, não conhecem? O Imposto Predial e Territorial Urbano. Conhecem o IPVA. Quem tem carro, quem tem moto paga o IPVA. Existe um imposto secreto também, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

não sei se a Laura conhece, chamado Imposto de Renda Retido na Fonte do servidor. Então, quem ganha mais de 1300 reais por mês – e muita gente ganha mais aqui no Distrito Federal – paga esse imposto. A soma desse imposto passou de 1 bilhão de reais. Um bilhão de reais de Imposto de Renda Retido na Fonte!

E por que eu estou falando esses números todos? Porque existe uma lei, dentro da Constituição – e lá no Senado a gente vela por isso –, que diz que 25% dos impostos têm que ser usados, necessariamente, em educação. E, infelizmente, isso não é cumprido no Distrito Federal.

Além de todos esses impostos, o Distrito Federal ainda ganha mais um Fundo Constitucional de 7 bilhões de reais, dos quais 2 bilhões e pouco vão para a educação. Está aqui minha colega Eliceuda França, que ganha salário de professora todo vindo desse Fundo Constitucional do Distrito Federal. Ou seja, não falta dinheiro. Então, se não falta prédio, não falta dinheiro, não falta professor, não falta criança, por que será que não há creche? É uma pergunta que precisaria ser respondida, e, para isso, a gente precisa estudar um pouco a história do Distrito Federal e ver por que não existe creche, como existe no Rio Grande do Norte, no Ceará, em Pernambuco, no Piauí, que são Estados muito mais pobres, onde os prefeitos oferecem creches.

Eu fui, no Rio Grande do Norte, a uma cidade chamada Janduís, onde 90% das crianças com 1, 2 e 3 anos estavam em creche pública. E nós, aqui no Distrito Federal, não temos. Por que não? Essa é uma questão que tem que ser resolvida não simplesmente na reflexão acadêmica, nas reuniões da Câmara, mas, principalmente, pela mobilização social.

E eu pergunto: o que fez o Senado para contribuir com isso? A primeira coisa que o Senado fez, junto com a Câmara dos Deputados, foi colocar uma meta política, que é a seguinte: o Plano Nacional de Educação, que foi aprovado em 2001, colocou que, em 2005, 30% da população – então, no caso daqui, 30% de 160 mil seriam mais ou menos 50 mil crianças – tinham que estar matriculados em creches. Em 2010, 50%; portanto, mais de 80 mil.

E o plano de educação do Distrito Federal, que a Deputada Erika Kokay sabe que não foi aprovado aqui... No Distrito Federal não existe um plano; nos outros Estados existe, então é muito esquisito esse nosso Distrito Federal. Deveriam ser mais do que 50%, porque aqui é uma região totalmente urbanizada, não é Ângela? Uma região urbana requer muito mais creche. Num Estado rural como o Amazonas, Maranhão etc., na roça, não precisa creche, pois as crianças estão na barra da saia da mãe, estão juntas no cafezal ou no canavial acompanhando a família. O Senado fez essas leis, mas, infelizmente, não estão sendo cumpridas aqui. A segunda coisa que o Senado fez, que é muito importante, é a aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases, que diz o tipo de profissional que as creches precisam. São 2 tipos: um é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

professor, que pode ser formado em nível médio, em escola normal. Isso é perfeitamente legítimo. Não há problema nenhum. Eu considero que foi um equívoco fechar as escolas normais no Distrito Federal. Agora estão precisando de pró-infantil e pró-formação para suprir a demanda. Outro programa muito bonito é o programa para profissionalização das merendeiras, e de outras pessoas que trabalham na escola. Já estão sendo formados em todos os Estados do Brasil, menos no Distrito Federal. Aqui não existe o pró-funcionário funcionando. Em Goiás, já se formaram 3 mil funcionários.

Quero finalizar fazendo uma reflexão que eu trouxe de um encontro internacional em Malta, um país da Europa, onde os sindicatos de professores e de funcionários de escola se reuniram para definir a concepção de creche, de educação infantil que defendemos. Vejam bem, a primeira coisa que comentaram lá foi que, para cuidar de criança, não precisa haver creche ou escola. O cuidado é da própria família. Entre os indígenas, por exemplo, não existe escola e as crianças são cuidadas e ficam adultas, como comprova a história do Brasil. Agora, em uma sociedade avançada como a nossa, a educação tem de ser o principal dentro da creche. O que é a educação? É um desenvolvimento sadio, biológico e psicológico das crianças. É assim que queremos ver os nossos filhos, aprendendo a falar, a se comunicar. Além do desenvolvimento, a educação é uma socialização. Estou até impressionado como as crianças estão bem comportadas aqui. Não sei se é o frio do ar condicionado ou se estão estranhando o lugar. Ainda não demos uma bola ou uma peteca para elas. A socialização é importantíssima.

Alguém falou de babá. Isso é coisa de sociedade de escravo. Pelo amor de Deus! Babá e empregada doméstica são coisas para se acabar. Isso não tem sentido. Acabei de voltar da Europa e notei que empregada doméstica não existe. Para que empregada doméstica? Se somos pais ou mães, nós que precisamos cuidar.

Educação é desenvolvimento sadio, é socialização, mas principalmente aquisição de conhecimento, comunicação. É isso que estamos fazendo aqui: estamos nos entendendo. A creche é fundamental para isso. A família não consegue dar.

Também dizem que televisão resolve tudo, que basta por a televisão na sala para as crianças ficarem espertas. Não! Ela pode ficar esperta, mas não será educada. Ela vai aprender a tomar coca-cola e não vai aprender a se alimentar direito. Ela vai aprender a ficar acordada até meia-noite e depois achará ruim acordar com sol, que é tão sadio e tão bom para qualquer mamífero.

Peço desculpas, pois tenho de voltar ao Senado para entregar um trabalho. Concluo com as seguintes palavras como mensagem: Mais do que cuidado, a creche deve ser educação; mais do que direito dos pais trabalhadores, a creche deve ser direito das crianças; e mais do que assistência, a creche deve ser insistência, luta de todos nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

Boa luta para nós todos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Muito obrigada, Profº João Monlevarde. Sempre muito brilhante.

Eu gostaria de saudar a presença da companheira Maria Laura, que foi Secretária Adjunta da SPM, Deputada Federal e é Secretária de Políticas para as Mulheres do Partido dos Trabalhadores aqui no Distrito Federal. É um prazer imenso tê-la aqui. Em qualquer discussão nesse sentido de cidadania, de democracia e de superação das desigualdades de direito, com certeza, em Brasília, lembramos da Maria Laura, Cidadã Honorária de Brasília também.

Concedo a palavra à representante da Marcha Mundial de Mulheres, Isabel Freitas.

ISABEL FREITAS – Boa-tarde a todos e a todas.

Quero agradecer à Deputada Erika Kokay, que, mais uma vez, atende nosso apelo para realizar nesta Casa uma audiência para conversarmos sobre esse tema.

Em outubro de 2006, foi realizada aqui uma audiência pública em que tratamos também desse tema. Em outubro de 2006, estávamos em franca mobilização para incluir na legislação federal, no FUNDEB o direito ao financiamento da creche, da educação de 0 a 3.

A Deputada Erika Kokay sempre nos acolhe, sempre nos apóia. É uma Deputada que tem sua vocação e sua prática dentro daquilo que todos nós devíamos exigir dos nossos Deputados: que estivessem, enfim, do lado da mobilização social, do lado da luta social e transformassem também esta Casa numa casa de voz do povo, não só de representação do povo, mas da voz do povo.

Eu queria agradecer à Silvânia, assessora da Deputada Erika Kokay, que deu o melhor de si para organizar esta audiência. Agradeço também ao Fernando, da Estrutural, que organizou a caravana que veio de lá; à Abadia, que também contribuiu; à Núbia, que é promotora legal popular e veio aqui juntamente com a diretora da creche Estrela Guia, D. Maria das Graças Cardoso de Oliveira.

Eu quero começar a minha fala por aí. A sociedade diz para nós que quem pariu Mateus que o embale. Nós chamamos um comitê de mulheres na luta por creche pública aqui no Distrito Federal, que resulta dessa audiência, juntamente com a CUT, juntamente com algumas militantes que não estão em nenhuma instituição, juntamente com o Movimento Interfórum de Educação Infantil, que está aqui representado pela Ângela. Contamos também com a contribuição de outras militantes e ativistas. Começamos a bisbilhotar o que tem o Distrito Federal a partir da minha vivência como ativista social no curso de Promotoras Legais Populares em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

Ceilândia, que é um curso que temos junto com a UnB, o Ministério Público, o Centro Dandara e o AGENDE para as mulheres aprenderem mais sobre os seus direitos. Na aula de direito à educação, muitas mulheres diziam assim: "Mas que direito à educação? Não há direito nenhum à educação." Enfim, o debate sobre o direito à educação. Nós resolvemos chamar, então, a Marcha Mundial de Mulheres, que é uma organização Internacional em mais de 100 países, para uma reunião para discutirmos esse direito aqui no Distrito Federal. Como o professor falou, dinheiro não falta. Há orçamento para tanto.

Nós mulheres queremos dizer que parimos... Eu não pari um Mateus, mas pari um Lucas. Como eu sou uma mulher que tive mais acesso à educação, sou uma ativista com 30 anos de ativismo, eu trabalho, às vezes, em 2 empregos e compro a educação para o meu filho. Eu estou entre aquelas que o João falou que paga Imposto de Renda. Eu estou em dia com meus impostos com o Governo, portanto, eu contribuo, mas eu compro educação para o meu filho, que está lá na porta da escola agora esperando eu pegá-lo.

Não vim aqui choramingar porque estou pagando imposto. Vocês que compram uma dúzia de ovos, um quilo de feijão, um pacote de biscoito também pagam impostos, até mais do que eu, até mais do que a Érika, até mais do que a Zóia, que é funcionária pública, até mais do que a Graça, que é funcionária pública, que pagam impostos também. Portanto, vocês têm direito também.

Eu queria ter direito a uma creche, a uma escola pública de turno integral para o meu filho, porque está escrito em 3 leis deste País que isso é direito da criança. Está na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está no Estatuto da Criança e do Adolescente, que este ano está fazendo 18 anos, e está na Constituição Brasileira, que, como a Deputada Erika Kokay acabou de falar, diz assim: a criança é prioridade absoluta do Estado, da família e do conjunto da sociedade.

Eu, como parte do conjunto da sociedade e como ativista social, estou aqui para convocar vocês, para convocar os militantes da universidade, para convocar as minhas amigas Eliceuda, Augusta e Rose, que são sindicalistas, para convocar os militantes de partido, para convocar as mulheres e os homens a dizerem que nós parimos João, Marcos, Mateus, Juca, Pedro, Maria, Joana, mas que a lei diz que todo mundo tem de embalá-los, todo mundo tem de cuidar deles, toda a sociedade tem de cuidar deles. Estou aqui, como ativista do movimento de mulheres, para convidar vocês para lutar pelo direito.

Não adianta. Quando vemos o que vimos há 3 meses na Rodoviária do Plano Piloto, as crianças sendo escravizadas, sofrendo exploração de trabalho infantil e exploração sexual, todo mundo grita, todo mundo chora, o juiz xinga, o promotor xinga, o defensor xinga, o Governador acha que é um escândalo, o deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

lamenta, todo mundo lamenta, mas aquelas crianças que estavam ali, provavelmente, a primeira política pública de governo que elas conheceram foi a da polícia. Aquelas crianças que estão ali não tiveram creches, suas famílias estão desestruturadas, possivelmente seus pais estão desempregados, e elas estão ali à mercê dos exploradores.

Eu queria dizer para vocês que temos de nos organizar. Não está faltando dinheiro. Nosso País não tem uma vasta crise. Todos os dias, vemos na TV: fraude não sei onde; roubo não sei onde; grandes viadutos, grandes pontes para passarem automóveis; empréstimos para a indústria de automóvel, que está falindo; empréstimo não sei para quem. Como é que para esses tem dinheiro? Como é que não tem dinheiro para construir creche, para contratar professor, para pagar técnico escolar? Como é que alguém pode não entender que, se não houver investimento no presente, não vai haver futuro?

Então, gente, o meu papel como ativista é dizer que eu sonho, eu quero para os meus netos, os filhos do meu filho, uma sociedade onde uma mãe não tenha de sair com um boletim para pedir fralda, nescafé, milho, carne, caneta, lápis, brinquedo para uma creche comunitária que não ganha um centavo do Governo e que tem de viver de caridade. Gente, criança não pode viver de caridade! Educação é direito, não pode ser favor nem caridade. A solidariedade é uma coisa muito bonita entre nós. É muito bonito o que Maria das Graças faz; é muito bonito o que dezenas de mulheres no Distrito Federal fazem nas creches comunitárias, sem carteira assinada, sem equipe pedagógica, sem fiscalização. Mas isso as expõe ao trabalho precário, sem direito nenhum. Quando elas envelhecem, não podem se aposentar. Não podemos tratar isso como caridade. Temos de tratar isso como direito.

Nesta reunião, onde está toda a Mesa contribuindo, faltaram os gestores. Eu sei que uma companheira da Secretaria da Educação veio aqui para ouvir. O ideal seria que o Secretário de Educação estivesse aqui, que o Secretário de Assistência Social estivesse aqui para dizer quanto o Governo do Distrito Federal vai investir na Educação de 0 a 3 anos, nas escolas de turno integral, para criar a dignidade neste Distrito Federal. Mas não estão.

O Ministério Público também deveria estar aqui, pois ele é o guardião dos direitos da cidadania. Ele precisa estar aqui para dizer como está vendo a questão da transição no Distrito Federal; para dizer o que o Ministério Público, como guardião do direito, vai fazer com as crianças que ficarem de fora, sem dinheiro e sem vaga. O Ministério Público tinha de estar aqui para fazer um Termo de Ajuste de Conduta na questão da creche, fazer um acordo com o Governo – e ele é quem pode fazer isso – para garantir esse direito constitucional das crianças pequenas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

O Judiciário tinha de estar aqui, não só ficando assustado quando há prostituição, escândalos de abuso contra crianças pequenas, o Poder Judiciário tinha de estar aqui.

Todos os Deputados deveriam estar aqui para nos dizer quanto há no orçamento e como é que, como fiscalizadores do Governo do Distrito Federal, vão garantir a política de educação para as crianças.

Mas nós da sociedade civil estamos aqui e estamos organizando uma ação para garantir o direito. E é por isso, mães e pais da Estrutural, que vocês foram convidados para virem aqui hoje. É por isso, crianças, que estamos aqui hoje. Começou atrasado, vai terminar atrasado, mas é o início de uma luta por direito, não é uma luta por caridade, por favor, é uma luta para se implementar um direito. E, se nós da sociedade civil, se vocês, pais e mães, se eu, se a Graça, se a Eliceuda, se a Cida, se a Maria Laura, se qualquer uma de vocês não entrar nessa luta, vão ter de parir, cuidar e educar sozinha seus filhos, pois não vai haver quem faça.

Portanto, precisamos nos organizar.

Senhores, também vou ter de sair correndo porque o meu filho está me esperando, mas o meu chamado é este.

Estamos fazendo uma ação porque o 156, número do disque-matrícula, não funciona; as pessoas estão reclamando muito disso. E também para que, quando começar o ano letivo, em fevereiro e março, nós estejamos chamando uma grande mobilização, com lista de espera, tanto das creches particulares quanto das públicas, para levar ao Secretário de Educação o tamanho da lista que o Governo do Distrito Federal tem de crianças que estão sem direito à educação, para saber se este Governo está com vontade de, daqui a alguns anos, assustar-se ao vê-las na rodoviária ou em qualquer outro lugar, porque elas não tiveram direitos. Então, essa é a convocação.

O Comitê de Mulheres pelo Direito à Creche é composto pela Marcha Mundial de Mulheres, pela CUT, pelas promotoras legais populares... Convidamos cada um de vocês para fazer parte deste comitê. Agradeço à Deputada Erika Kokay por ter cedido esse espaço para falarmos da nossa luta e convocar vocês para a nossa luta.

Obrigada. (Palmas.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Por ordem da Deputada Erika Kokay, que preside esta comissão geral, convido para fazer uso da palavra a integrante do Programa de Creches do MEC, Sra. Zóia Prestes.

Por solicitação do Gabinete da Deputada Erika Kokay, pedimos aos demais integrantes que seja respeitado o tempo de 5 minutos.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

SRA. ZÓIA PRESTES – Boa-tarde a todos aqui, quase boa-noite, mas quero agradecer muito a presença de todos vocês, principalmente das crianças. Agradeço o convite feito pelos organizadores. A Deputada Erika Kokay é uma grande parceira nossa na luta pelo direito das crianças.

Estou aqui representando a Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC. Sou professora de educação infantil e militante do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal. Participei ativamente da luta, da mobilização pela inclusão da creche na distribuição dos recursos do Fundo da Educação Básica, aprovado pelo Congresso, e tenho militância na área da educação infantil e compromisso com a criança pequena. Na qualidade de representante do MEC, afirmo o compromisso que o MEC tem com a criança de até 6 anos de idade, da educação infantil, principalmente com a criança de até 3 anos, a que tem direito à creche.

Não vou me estender muito. Acho que já foram muito bem relatados aqui o marco regulatório e todas as leis que garantem o direito da criança, que tem de ser assegurado. Vemos a situação, no mínimo, escandalosa que se configura no Distrito Federal, principalmente em termos de matrículas públicas para criança nessa faixa etária.

Partimos da concepção da criança como sujeito de direito, construtora de cultura. Essa é a concepção que pauta as nossas ações. O MEC, no âmbito do PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação, tem um programa pró-infância, um programa de construção, manutenção e equipamento para creches. Só este ano, o MEC assinou quase mil convênios para a construção de creches em todo o Brasil, em vários municípios. Lamentamos, profundamente, que o Distrito Federal não tenha sido contemplado. Não foi por um desejo nosso.

(Intervenções fora do microfone.)

SRA. ZÓIA PRESTES – Está sendo, mas não foi assinado. Está sendo contemplado, mas ainda não foi contemplado. Pelo menos, uma creche para 250 crianças vai ser garantida. Isso realmente já é alguma coisa, mas lamentamos esse baixo número de atendimento.

Temos trabalhado muito para respeitar, garantir e assegurar o direito da criança pequena. Temos trabalhado nessa direção, porque essa realidade não é só do Distrito Federal, é uma realidade brasileira do acesso da criança de até 3 anos à educação. Estamos praticamente finalizando um documento que vai orientar as Secretarias de Educação sobre a política de conveniamento, que vai dar subsídios para que a Secretaria de Educação se aproprie dessa política, a qual não pertence mais — há muito tempo não deveria pertencer — à assistência social. A creche e a pré-escola são educação, devem ser assumidas por essa área, num diálogo permanente com a assistência, que é uma grande parceira no atendimento à família, mas não é ela que deve fazer creche e pré-escola.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

Não vou me alongar. Lamento a ausência do Secretário de Educação, que deveria estar aqui ouvindo a demanda, vendo as mães e as crianças presentes, que são os representantes da sociedade e que estão gritando por esse direito. Nós, como funcionários públicos, a serviço do Poder Público, temos que assegurar esse direito. Lamentando essa ausência. Digo que o MEC está, a todo momento, pronto e disponível para orientar, apoiar pedagogicamente, tecnicamente e financeiramente todos os outros poderes.

Temos recebido muita demanda. É uma equipe muito pequena dentro do MEC, viajando o Brasil inteiro, atendendo as demandas dessa área, que ainda é muito nova no Brasil. Estamos abertos ao diálogo. É muito triste, porque recebemos visita de municípios lá do Amazonas ou, então, lá do Sul do Brasil, que vêm e batem às nossas portas, mas o Governo do Distrito Federal, que tem o privilégio de estar do nosso lado, não bate a nossa porta. Mas nós gostaríamos que eles batessem na nossa porta porque estamos disponíveis para atendê-los e para prestar todo o apoio, para conversar e para orientá-los.

Muito obrigada! Meus parabéns pela iniciativa!

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Convido para fazer uso da palavra a Sra. Graça Souza, da Secretaria de Mulheres da CUT – DF.

SRA. GRAÇA SOUZA – Boa-tarde a todas as pessoas aqui presentes. Em nome da Central Única dos Trabalhadores, agradeço o convite e o espaço aberto por iniciativa da Deputada Erika Kokay para esta comissão geral.

Inicialmente, eu reitero o lamento que a companheira Isabel fez. Queremos também lamentar a ausência dos Parlamentares desta Casa; lamentar a ausência do Ministério Público, a ausência do Governo do Distrito Federal nesta Comissão e também a ausência do Poder Judiciário.

E por que lamentar? Lamentar porque o lema é o seguinte: a creche é um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família. E aqueles que têm a obrigação com a creche não estão aqui para ouvir o que a sociedade tem a dizer sobre esse benefício a que tem direito.

Nós já estamos com o nosso tempo esgotado, mas tenho certeza de que poderíamos continuar discutindo sobre esse assunto se a gente tivesse mais tempo. Eu também sou chefe de família. Sou mãe solteira e tenho duas meninas que estão, desde as 17h, na porta da escola me esperando. E eu tenho de sair daqui correndo para ir buscá-las.

Antes, porém, eu gostaria de falar mais sobre a nossa ação porque a Ana Liese Trurler, minha mestra e minha professora – com quem tenho sempre prazer de estar nessas histórias –, já falou sobre os direitos constitucionais e sobre os direitos estabelecidos na legislação infraconstitucional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

A CUT, por meio da sua Secretaria Nacional de Mulheres, vai relançar uma campanha que lançou de 1995 a 2000. Continuaremos no processo de luta por igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. E agora em 2009 estaremos relançando essa campanha cujo principal mote será a luta pela ampliação do número de creches públicas, porque nós temos um entendimento dentro da CUT de que a mulher, para ocupar o mercado de trabalho, para ocupar espaço de poder, tem de ter uma divisão do trabalho doméstico.

A mulher tem de ter parceria no trabalho doméstico, mas para isso ela precisa ter a parceria do Estado para lhe proporcionar o direito que até o momento lhe é negado, o direito à creche para seus filhos.

Esse será um dos motes principais da nossa campanha. Agora, na Quinta Marcha da Classe Trabalhadora, a ser lançada no dia 3, a nossa pretensão é colocar 60 mil trabalhadores e trabalhadoras na Esplanada dos Ministérios.

E nós da Secretaria de Mulheres estaremos lá fazendo uma ala de mulheres com 10 mil mulheres gritando: "A creche é pública. É um direito da criança. É um dever do Estado. É opção da família". Por isso, nós, mulheres trabalhadoras deste País, exigimos a creche, e o Distrito Federal, por ter uma condição privilegiada, como aqui foi dito, porque recebe do Governo Federal, descumpra a Constituição Federal, descumpra a lei Infraconstitucional e tem hoje, na melhor das expectativas postas, 11 creches públicas atendendo pouco mais de 600 crianças no Distrito Federal.

Nós queremos boas estradas para evitar os acidentes; queremos bons viadutos para que circulem os automóveis, para circular os ônibus, que devem ser de boa qualidade, mas queremos creches públicas como um direito nosso para que possamos pegar o ônibus, passar por boas estradas, pelos bons viadutos e sabermos que a criança que deixamos em casa está bem cuidada, bem alimentada, que eu posso trabalhar tranquila, eu posso garantir o meu emprego, até porque, na hora da crise, do arrocho, na hora em que o empregador tem que demitir, o emprego da mulher é o mais precarizado, ela é a primeira da fila na demissão. É a primeira na fila da demissão pela simples condição de ser mulher.

Portanto, queríamos que algum representante do Governo do Distrito Federal estivesse aqui para que pudéssemos lhe dizer que o movimento de mulheres é organizado, que a sociedade vai para a rua, que esse movimento vai ganhar peso, que vai ser reforçado na Quinta Marcha da Classe Trabalhadora.

No ano que vem, nós queremos trazer e fazer uma grande marcha sobre Brasília em prol da creche pública no Dia Nacional em Prol da Creche Pública no Brasil. Queremos gritar em alto e bom som: nós, mulheres, queremos igualdade de oportunidade e queremos o direito das nossas crianças garantido na prática, na vida real, no cotidiano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

Muito obrigada. (Palmas.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Concedo a palavra a Sra. diretora e coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Elliceuda França.

SRA. ELICEUDA FRANÇA – Boa-tarde a todos e a todas. O debate que se faz hoje nesta Casa tem um papel importante, porque nós do Sindicato dos Professores e Professoras estamos aqui para dizer que essa luta também é nossa.

Vamos, sim, levar para dentro das escolas desta cidade o diálogo com cada professor e cada professora sobre a importância de se cobrar do Estado, do Governo do Distrito Federal, do Secretário e do Governador o cumprimento da legislação, que se empregue cada centavo necessário para que nossas crianças tenham, sim, uma creche segura para que as mães possam ir para o trabalho com tranquilidade. Esse é o compromisso do Sindicato dos Professores, e muito mais de professoras, porque somos, nesse Sindicato, 70%. Como eu, que tenho 3 filhas e também as coloquei em escolas públicas, muitas mulheres estão com a necessidade desse espaço.

Então, qual é o compromisso? Respeitando o tempo e as falas maravilhosas dos companheiros que nos antecederam, quero dizer esse é o compromisso do nosso Sindicato, que é forte, mas que será mais forte ainda quando se puder contar com cada um e com cada uma de vocês.

Nós não podemos colocar um jovem na universidade se ele não passar por uma creche. Como professora de Ceilândia e vendo aqui os moradores da Estrutural, quero dizer que precisamos de creche lá, em Ceilândia, na Estrutural, no Paranoá, nos lugares mais distantes, porque, se as nossas crianças estão na creche, elas vão chegar à universidade. Se elas não estão na creche, os sonhos se perderão.

O nosso grande compromisso, companheiros do Sindicato que estão aqui, companheira Augusta, companheira Rose, é dizer: "Nós vamos ser uma voz forte lá dentro do Sindicato para que possamos ser uma voz forte na sociedade". Devemos nos somar a essa rede de apoiadores e dizer: "Vamos fazer a carreta de carrinhos, sim". Talvez, precisemos fazer uma segunda edição, talvez seja uma coisa interessante para levar na marcha. Vamos fazer as nossas bandeiras, as fraldas de novo. Vamos colocar na rua. Vamos gritar cada vez mais para dizer que nossas crianças precisam de um espaço. Que espaço? Eu só defendo que seja um espaço bem cuidado, seguro, bonito, onde a criança possa ter a infância preservada, que é o prazer de brincar.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Criança é para brincar, e adulto também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Concedo a palavra, neste momento, à integrante do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, Monalisa Lacerda.

SRA. MONALISA LACERDA – Boa-tarde a todos e a todas e, em especial, minhas saudações Infanto-juvenis às crianças e aos adolescentes aqui presentes.

Quero dizer que o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal é um espaço de articulação da sociedade civil, que tem como objetivo monitorar e avaliar as políticas para a criança e o adolescente aqui no Distrito Federal.

Antes de iniciar a minha fala, em que prometo ser breve e cumprir o tempo determinado de 5 minutos, eu gostaria de registrar o nosso protesto pela ausência dos gestores e, principalmente, pela ausência dos Parlamentares, porque, hoje, eles estão aqui nesta Casa por conta do nosso voto. Devemos refletir: daqui a 2 anos, será que vamos querer esses mesmos Parlamentares que hoje deveriam estar aqui ouvindo a situação das mães e dos pais que se encontram presentes e das crianças? E por que não dizer de alguns bebês que aqui hoje estão! Cadê? Onde estão os Parlamentares? Em seus gabinetes? Se estiverem em seus gabinetes, devemos refletir para que, daqui a 2 anos, a gente pense: "Será que esse Deputado Distrital merece o nosso voto? Ele estava com a gente na nossa luta? Quando a gente foi à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que também é a nossa Casa e eles estão lá para nos representar, eles estavam ao nosso lado? Aqui registro esse nosso protesto.

Quando falamos que a criança e o adolescente são prioridade absoluta, são um sujeito em desenvolvimento, são um sujeito de direito, não estamos falando do nada. Estamos falando o que a Constituição Federal de 1988 diz em seu art. 228 e em seu art. 227. Estamos falando o que o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 — e que neste ano completa 18 anos — diz em seus artigos 4º, 5º, 15, 53 e 54. Estamos dizendo o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz. E passaríamos a tarde inteira citando legislações que dizem que criança e adolescente são prioridade absoluta. Mas, entre o que está escrito na lei e o que é de fato feito, a gente presencia uma distância muito grande.

Nós representantes do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, hoje, trouxemos aqui uma fala de cobranças. Cobranças para o Governo do Distrito Federal, cobranças para os gestores que se encontram ausentes, cobranças para os legisladores que se encontram ausentes.

Eu não sei se é do conhecimento de vocês, mas, para o ano de 2008, no Programa Promoção Comunitária, que é responsável pela construção de creches no Distrito Federal, foram destinados no orçamento mais de 14 milhões de reais. Eu pergunto a vocês: vocês conhecem alguma cidade do DF que possua alguma creche construída? Não existe. Falta apenas um mês e dez dias para o ano acabar, e desses R\$14.200.000,00 (quatorze milhões e duzentos mil reais) que foram lançados,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

apenas R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil) foram usados, e até onde sabemos, nenhuma creche foi construída.

Existe aqui no Distrito Federal o Relatório Orçamento Criança. O que é esse relatório? É um relatório que visa identificar como foram utilizados os recursos para a área da criança e do adolescente. E quando a gente fala em recursos para a criança e o adolescente, não é só o direito à creche. É o direito à educação, como um todo, que é direito à saúde, direito a ter uma prática esportiva, direito a uma atividade cultural. Esta Casa Legislativa aprovou esta lei, que diz que até março de cada ano esse relatório deve ser analisado. Pergunto à Deputada Erika Kokay, já que o ano legislativo já se finda, se esse relatório foi analisado por esta Casa. Até onde sabemos, ele não foi.

Hoje estamos no período de elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2009. Pergunto a vocês: como vamos fazer uma lei para 2009 sem avaliar os investimentos, na área da criança e do adolescente, que foram feitos em 2008?

Observamos que crianças e adolescentes no Distrito Federal não são prioridades absolutas, mas a Constituição Federal diz que é. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que é, mas o Governo do Distrito Federal insiste em dizer que não é.

Então, o que temos de fazer? Temos de vir a esta Casa. Não podemos ficar apenas em nossas cidades. Se eu for colocar para vocês a realidade do atendimento de creches nas cidades do DF, vocês verão que é praticamente insuficiente, como já foi dito por várias pessoas que me antecederam. Mas, mais que ver números, vocês vivenciam na prática essa dificuldade.

Quem me garante que aquelas crianças que estão lá no fundo, aquelas mães que vieram aqui com suas crianças de colo têm ou tiveram acesso às creches em suas cidades? Às vezes, elas precisam se deslocar para outras cidades para garantir o atendimento em creches, pois elas precisam trabalhar, porque geralmente são chefes de família.

O que devemos fazer? Ficarmos de braços cruzados, irmos ao gabinete de um Deputado Distrital e pedir uma vaga em creches? Não. Temos que vir aqui, temos que gritar e temos que dizer: nós temos o direito, não o favor. É o direito. E onde está escrito isso? Na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no FUNDEB.

Historicamente, foi a Assistência Social quem acolheu essa demanda, essas crianças. E agora, somente agora, é que a Educação terá que assumir de fato. Desde 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação já dizia que é dever da política de educação oferecer educação básica. E quando dizemos educação infantil, é de 0 a 6 anos de idade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

Não podemos negar o papel histórico da Assistência Social. Não podemos. Mas a Assistência Social, juntamente com a Educação, tem de fazer uma transição de qualidade, dignidade e respeito aos direitos dessas crianças.

E Educação diz: não tenho condições de absorver a demanda da Assistência Social. E como é que ficam essas crianças? Como ficará esse atendimento? Seria bom que os gestores estivessem presentes para nos dar essa resposta. Como vocês vão absorver essa demanda, que hoje é da Assistência Social?

Existem outras questões que a gente trouxe aqui. Por exemplo, existe a lei do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que diz que todos os municípios do Brasil precisam ter um conselho para fiscalizar esses recursos que serão recebidos. E o que acontecia? Como não existia um fundo de financiamento da educação básica, a Educação não assumia. Com o FUNDEB não existe mais essa desculpa, porque agora existe uma *per capita* específica para esse financiamento.

Eu peguei no *site* da Câmara Legislativa a lei que cria o Conselho do FUNDEB aqui no Distrito Federal. O Distrito Federal é um estado atípico. Ele é Município e estado ao mesmo tempo. E a lei do Distrito Federal que cria o Conselho do FUNDEB diz que são 9 membros. E a lei do FUNDEB, nacional, cita que, no mínimo, são 9 membros, se for município. Se for Estado, no mínimo, 12 membros. Ele faz uma ressalva que se nesse município houver conselho tutelar, um representante do conselho tutelar deve fazer parte desse conselho.

Pergunto à Deputada Erika Kokay que está aqui presente: na lei que cria o FUNDEB do Distrito Federal, o conselheiro tutelar faz parte dessa representação? Não. Não faz parte dessa representação.

Outra questão: qual foi o percentual investido? Porque para nós do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, educação não é gasto, educação é investimento. Quanto foi investido pelo Governo do Distrito Federal, em 2008 – e já faz mais de um ano de implementação do FUNDEB – na educação infantil? Nós não sabemos. Só sabemos que dos 14 milhões e 200 mil orçados para construção de creches, apenas 1 milhão e 200 mil foram executados; faltando um mês e dez dias para o ano acabar. E o que iremos fazer? Vamos ficar com a mão no queixo, calados, nas nossas cidades, vendo o direito das nossas crianças ser negado? E quando falamos direito das nossas crianças; digo que criança não é futuro, criança é presente. A mãe ali atrás está com uma criança no colo. Ela é o futuro? Não. Ela é o hoje, o presente. Então, não podemos falar que criança é o futuro, criança é o hoje.

Hoje, a Câmara Legislativa está discutindo o orçamento para 2009. O que será investido em educação, em especial, educação infantil, de 0 a 6 anos? Serão mais de 14 milhões? Pode até ser, mas o que adianta dizer que orçou 14 milhões e utilizar apenas 1 milhão e 200 mil? De nada adianta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

O nosso papel é cobrar. Não tenham medo de vir a esta Casa, ou de ir à frente do Buritinga, ou do Buriti, cobrar do Sr. Governador, cobrar do Sr. Secretário: "Cadê a creche do meu filho?" E citar o artigo da Constituição Federal, citar o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eles precisam ouvir. Devemos convidá-los a irem às nossas cidades. Sou moradora do Gama e fui assistente social do CDS de lá; onde atendia, diariamente, várias mães que diziam: "Arrumei um emprego e não tenho como trabalhar, porque não tenho onde deixar o meu filho". E o que você diz a essa mãe?

Devemos continuar nessa luta. Não podemos desistir. Convidamos vocês, entidades aqui presentes, a participarem do Fórum de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, pois é um espaço em que a sociedade civil coloca monitores, avalia onde as políticas públicas para crianças e adolescentes estão, realmente, sendo efetivadas no Distrito Federal.

Para terminar a minha fala, eu gostaria de deixar uma mensagem para vocês de uma poetisa chilena que foi ganhadora do Prêmio Nobel. Ela diz o seguinte: "Nós cometemos muitos erros e muitas faltas, mas nosso pior crime é abandonar crianças, negligenciando a fonte da vida. Muitas das coisas de que necessitamos podem esperar, mas a criança não pode. A cada instante seus ossos estão sendo formados, seu sangue está sendo produzido, seus sentidos estão em desenvolvimento. A ela não podemos responder amanhã, seu nome é hoje".

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Parabéns, Monalisa, excelente fala.

Eu gostaria de registrar e agradecer as presenças das seguintes pessoas: Wemerson Rafael, que tem 1 ano e 1 mês de idade e veio aqui para dizer: "Quero creche!"; Selma Santos, conselheira tutelar do Conselho de Ceilândia; Maria Augusta Ribeiro, diretora do Sindicato dos Professores; José Francisco Gabriel, marceneiro e costurador de bola do Projeto Sonho de Liberdade.

É muito bom ter aqui os integrantes do Projeto Sonho de Liberdade, pois eles fazem um trabalho belíssimo na Estrutural costurando bolas. É uma verdadeira fábrica de bolas.

Digo isso a vocês porque vamos aprendendo com a vida, não é? Eu sempre dizia que essa coisa de no sistema penitenciário só colocarem as pessoas para costurarem bolas, costurarem bolas, costurarem bolas... Eu dizia que era melhor costurar bolas do que não fazer nada, mas que costurar bolas não dava futuro. Tem um rapaz aqui – daqui a pouco anuncio sua presença – que esteve no sistema prisional por muito tempo, mas, quando ficou na condição de egresso, disse assim: "O que eu sei fazer? Sei costurar bolas. Então, vamos costurar e fazer bolas." E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

fazem bola de tudo quanto é coisa! Também fazem do Flamengo... Fazer o quê? Fazem do Flamengo, da associação da escola... Enfim, fazem bola de tudo. É um prazer imenso. Esse projeto se chama Sonho de Liberdade e conta com vários egressos do sistema prisional. Ele está capacitando os jovens para poderem sonhar com a liberdade. Ele diz assim: "Ora, se no Brasil todo mundo joga bola, temos que fazer bola". E eu disse assim: Eu sempre critiquei esse negócio de só costurar bola. Agora, vocês fizeram eu perceber que se pode construir um Sonho de Liberdade a partir da cultura de costura de bola. Um abraço. É um prazer imenso tê-los aqui. (Palmas.)

Registro as seguintes presenças: Pedro Simões, jornalista do SINPRO; Maria Laura; Antunes Vieira de Melo, coordenador do Conselho Tutelar de Samambala e Recanto das Emas; Domingos de Souza, conselheiro tutelar do Conselho de Ceilândia; Fernando de Figueiredo, fundador do projeto Sonho de Liberdade – é um prazer imenso tê-lo aqui, Fernando; Marla das Graças, presidente e fundadora da Creche Estrela Guia; Rosimeire de Carmo Rodrigues, diretora da Secretaria de Raça e Sexualidade do SINPRO-DF; Cilma da Silva Pereira, que luta por creches na Estrutural; Diego Lima, que também luta por creche na Estrutural e é do projeto Sonho de Liberdade; Maria Abadia de Jesus, da Biblioteca Solidária do Movimento de Mulheres da Estrutural; Marineusa Gomes de Souza, da Estrutural, do projeto Sonho de Liberdade; Maria Aparecida Martins, do Fórum de Educação Infantil do DF; Israel Vieira, conselheiro tutelar do Conselho de Samambala e Recanto das Emas; Ana Luísa, de 6 anos; Lucas Araújo, de 11 anos; Marcelo Igor, de 11 anos; Kayne Augusto Souza, de 3 anos; Emanuel, de 5 anos; Wellington de Souza, de 4 anos – já falei sobre ele –; Kaylane Souza, de 5 anos; Lucimar Gomes de Souza, que também luta por creches; Alfredo Magalhães, reciclador de madeira; Elias Primo, técnico industrial da COOPROCAMEN; Isolino Pereira, instrutor de bolas do Ministério do Esporte e quem começou a capacitar as pessoas que estavam lá – é um prazer tê-lo aqui. Ele cumpria essa função no sistema prisional e, agora, transforma num grande projeto de construção de cidadão. Dionísio Araújo, do Sonho de Liberdade; Manoel Alves da Cruz, do projeto Sonho de Liberdade; Aragoneis Martins Pereira, do projeto Sonho de Liberdade; Arildo Martins Pereira, do projeto Sonho de Liberdade; Roseana Pereira Mendes, do MEC, que está aqui conosco substituindo a Zóia Prestes, que teve de sair; Maria Célia Alves, Presidente da OMEP-Brasília e articuladora da Fundação ABRINC; Antônia Maria dos Santos; Maria Domingos Alves Silva; Odilene Alves Santos; Gleuça Marculino de Lima, estudante de serviço social; Núbia Gomes; Reginaldo Oliveira Silva, presidente da Creche Comunitária Liberdade; Jeruza Aparecida de Jesus, representante da Biblioteca Solidária da Estrutural, e Elaine Souza, do projeto Sonho de Liberdade.

É um prazer imenso ter todas e todos aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

Nós estamos caminhando para o encerramento das falas, por isso estamos abrindo inscrições. Já estão inscritos o Fernando de Figuelredo, a Marla das Graças, a Núbia e a Abadia Teixeira. Então, se mais alguém quiser se inscrever para fazer uso da palavra é só levantar a mão. O tempo para a fala será de 3 minutos.

Neste momento, passo a palavra à representante do Comitê Diretivo do MIEIB, Sra. Ângela Barreto. O MIEIB é o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil.

**SRA. ÂNGELA BARRETO** – Agora eu já posso dizer boa-noite a todos, pois pelo meu relógio nós já passamos das 18 horas. Eu agradeço o convite. Nós participamos da articulação para que este momento ocorresse na Câmara. Consideramos esta mobilização extremamente importante para alterar o quadro lamentável da educação infantil, especialmente das creches no Distrito Federal. É um quadro lamentável e inexplicável se considerarmos a situação privilegiada do Distrito Federal em termos de recursos públicos. Isso já foi devidamente comentado aqui. Na verdade, nas falas que me antecederam, o quadro lamentável já ficou muito claro para todos nós, se é que já não estava claro por senti-lo na própria pele, como é o caso das mães e pais aqui presentes.

Então, temos uma situação em que o direito à creche é reconhecido, e a Deputada Erika Kokay mencionou que provavelmente isso já estaria reconhecido na Suprema Corte. Na verdade, já existe um reconhecimento formal da Suprema Corte do direito à educação infantil, do direito à creche. E já foi publicada em 7 de novembro de 2005 a decisão do Ministro Celso de Mello sobre processos anteriores que vinham de São Paulo. O Ministério Público entrou com processo contra o município de São Paulo por não atender crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. O julgamento na 1ª Instância determinou ser dever do Estado, tinha que atender. Na 2ª Instância, houve uma consideração diferente dessa, e na Suprema Corte foi reafirmado o direito à educação da criança pequena e o dever do Estado de atender não como uma ação programática, ou seja, o Estado não pode escolher ter um programa de creche. Não há escolha. Se há demanda, ela tem que ser atendida. É direito da criança e é dever do Estado.

Então, sobre isso não há mais dúvidas. Se não há mais dúvidas sobre o direito da criança e se no Distrito Federal há recursos para fazer o atendimento, por que esse atendimento não acontece? Não acontece porque falta vontade política e falta reconhecimento do direito da criança à creche, um reconhecimento das autoridades, um reconhecimento do Poder Público, e eu incluo não apenas o Executivo, não apenas o Governo Federal, os órgãos executivos, mas também o Legislativo. A prova disso é a ausência de Deputados Distritais nesta nossa sessão. É a ausência da luta desses Deputados quando votam o orçamento. Então, essa ausência do Poder Legislativo, essa falta da vontade política, só pode ser alterada se nós, como sociedade civil, nos mobilizamos pelo direito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

No caso das creches nós temos, na história pós-Constituição, vários momentos em que o direito à creche teve que ser reafirmado pela luta da mobilização social. Quando o PNE – Plano Nacional de Educação estava sendo confeccionado, houve várias tentativas da gestão do Governo Federal, à época, de tirar a creche, de não mencionar os direitos à creche nos objetivos do Plano Nacional de Educação. Então, houve a necessidade de uma luta, de um debate, para que as metas do Plano Nacional de Educação incluíssem adequadamente as metas da educação infantil, especialmente da creche. Então, nesse momento, foi necessária a mobilização, a mobilização no Congresso Nacional e no plano apresentado pela sociedade civil ao Congresso Nacional.

Mais recentemente, já mencionado aqui, tivemos a luta do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O projeto do FUNDEB foi encaminhado ao Congresso sem a inclusão da creche, excluindo as crianças de 0 a 3 anos do financiamento da educação básica. E aí foi a mobilização social que trouxe a creche, que possibilitou a inclusão da creche nos recursos do FUNDEB. E depois, num segundo momento, foi também a mobilização social que possibilitou a inclusão das entidades conveniadas, das creches conveniadas, no financiamento do FUNDEB.

Então, nós não podemos nos iludir. A creche é um atendimento, é um direito que ainda não está devidamente reconhecido pela nossa sociedade, especialmente pelas nossas elites. Aí, a gente pode se reportar a várias causas, inclusive as causas ligadas à discriminação de gênero; quer dizer, criança pequena sempre foi vista como um assunto de mulher, da mãe, e não um assunto público; é um assunto tratado na esfera privada, não na esfera pública. Para que nós consigamos no Distrito Federal mudar essa situação, nós temos que permanecer e aumentar, de fato, a nossa mobilização social.

Então, estarmos aqui nesta Mesa, com várias entidades representadas e várias pessoas interessadas nessa luta, já é um passo inicial importante.

Nós temos que pensar em estratégias para sensibilizar o Poder Público. Nós tivemos aqui algumas propostas já feitas de mobilização maior, de mobilização em massa, que são importantíssimas e nas quais nós temos que estar, de fato, presentes. Temos que estar envolvidos.

O Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal reúne várias pessoas e entidades na luta pelo direito à educação infantil – no nosso caso, aqui no Distrito Federal, dentro do Distrito Federal. Mas ele pertence, faz parte do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, que articula os fóruns dos vários estados. Então, nós temos, nos vários estados, fóruns que lutam pelos mesmos direitos. Nós do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal queremos convidar a todos para pertencerem ao Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal, que é um fórum que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

reúne várias pessoas, e o único critério é ter o mesmo ideário, que é a defesa do direito à educação infantil de qualidade.

Dentro da necessidade de mobilização e sensibilização, queremos, em breve, talvez ainda neste mês, fazer uma discussão com o Ministério Público do Distrito Federal sobre a questão das creches e como vamos sair desse entrave em que estamos com relação à ação civil que se encontra no Supremo Tribunal Federal, que não é julgada.

Será que temos de esperar a boa vontade do Ministro que vai fazer esse julgamento? Será que não podemos fazer outra coisa?

Para fazer essa discussão, queremos trazer o Ministério Público de Ribeirão Preto, que tem tido uma ação muito importante na defesa da educação infantil naquele município, com êxito em várias das suas defesas. Estamos nos articulando para fazer essa reunião. Já temos um contato bom com o Ministério Público do Distrito Federal. Então, queremos promover essa discussão. Solicitei a Sra. Silvana, que está secretariando a Mesa, que nos dê os endereços e e-mails de vocês para que passemos a data e o local em que vamos realizar esse encontro.

Acho que não tenho mais o que acrescentar ao que foi colocado aqui, antes da minha fala, porque o quadro está muito bem delineado. Devemos, agora, fortalecer a nossa mobilização, porque a nossa experiência na educação infantil diz que nada se consegue nessa área sem uma forte mobilização, diferentemente, às vezes, de outras áreas da Educação. Muito obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Sra. Ângela Barreto.**

A título de esclarecimento a Sra. Monalisa Lacerda, o Conselho tem 12 membros titulares. Temos 5 representantes do Poder Executivo, sendo 3 da Secretaria de Estado da Educação, 1 da Secretaria de Planejamento e Gestão e 1 da Secretaria de Fazenda. Temos 1 representante do Conselho de Educação do Distrito Federal; 2 representantes de entidades sindicais, sendo 1 da carreira de magistério e outro da carreira de assistência em educação; 2 representantes dos pais de alunos da educação básica pública do Distrito Federal, sendo 1 pai de aluno do ensino fundamental e 1 de aluno de educação infantil; 2 representantes dos estudantes de ensino médio do Distrito Federal, indicados por entidades que representam os estudantes secundaristas.

Essa foi uma mudança que houve aqui na Câmara. O projeto original chegou com um número menor, e foi aqui na Câmara que veio a representação das entidades locais, porque ele trazia uma representação da Confederação, um representante da Seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Aqui se colocou um representante dos 2 sindicatos que compõem a Educação. Não há representação do Conselho Tutelar; isso é fato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

Justifico a saída da Sra. Eliceuda França, representante do Sindicato dos Professores, porque ela teve que dar aula.

Passo a palavra para o conselheiro tutelar de Ceilândia, Sr. Evaldo Cardoso da Silva.

**SR. EVALDO CARDOSO DA SILVA** – Sra. Presidente, inicialmente, eu queria cumprimentar o Wellington, a criança que esteve atenta ao debate. Estendo meu cumprimento a todo o Plenário e à Mesa.

Deputada Erika Kokay, para nós, mais que uma satisfação, é uma renovação cada gesto seu em favor dessa discussão. Sempre tivemos uma luta por creches. A Deputada Erika Kokay sempre esteve ladeada, dando todo o apoio a essa luta.

Falar de creche para nós, como conselheiros, é mais angústia que felicidade. Cada momento em que nos reunimos, em que encontramos pessoas lutando por creches, renovamos as forças. No perfil de nossa cidade, em Ceilândia, temos trabalhado a creche como fator de prevenção de várias situações de risco e outras violações de direito. Como foi falado anteriormente por vários outros colegas, há várias ocasiões que colocam a criança em situação de risco por falta dessa política. Às vezes, é a mãe que precisa trabalhar. É comum convivemos com choros de mães que levam declarações de possíveis empregadores dizendo que, se ela conseguir vaga para o filho na creche, a vaga dela para o emprego estará garantida. Nós não temos resposta para dar. Essa é a maior angústia. Como defensores constitucionais do direito da criança, essa é a nossa maior angústia.

Quando falamos aqui de direito da criança, direito da mãe, sabemos que é bem mais complexo: é direito da família. Existe a criança de 10 anos, que tem o direito de brincar violado porque precisa cuidar de outra criança com 3 ou 4 anos. Ficamos angustiados ao vermos tantas leis – Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica do Distrito Federal, regulamentada pela Lei nº 2.760 nesta Casa – e não percebermos um instrumento eficaz para fazer valer esse direito.

Uma das coisas que nos tem preocupado muito em Ceilândia é que essa questão começou a ser vista como uma criminalização dos genitores. Vemos a imprensa noticiar que a criança ficou sozinha em casa. Qual é o primeiro pensamento? É tudo de ruim em relação à mãe ou ao pai. Depois que a imprensa criminalizou, que a polícia prendeu a mãe, vamos perceber que essa mãe, há 3 ou 4 anos, já tinha inscrição no CRAS, pedindo esse atendimento. Hoje, temos visto casos bárbaros. Essa questão de a mãe deixar a criança em casa para trabalhar é colocada como abandono. Particularmente, quando passa pelo Conselho Tutelar de Ceilândia, não deixamos essa questão virar criminalização de forma alguma. É um problema social. Uma mãe não pode ser presa assim. É claro que temos de trabalhar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

promoção. Mas é muito complicado, nessa linha, dar uma advertência para a mãe. Onde está a responsabilização ou a garantia do Estado?

Este é o meu segundo mandato. A Deputada Erika Kokay esteve conosco na Vara da Infância para protocolar uma representação que o Conselho Tutelar de Ceilândia fez, pedindo o cumprimento das medidas protetivas que requisitava a creche.

O que aconteceu? Infelizmente, o Ministério Público foi infeliz ao classificar essa nossa representação pelo descumprimento como uma ação civil pública e julgou-nos incompetentes para aquele ato. Foi um promotor que ocasionalmente passou pela Promotoria de Defesa de Direitos da Infância e Juventude e que, infelizmente, deixou essa marca e o juiz acatou. Então, foi arquivado.

Temos feito outras tentativas, mas do ponto de vista jurídico, elas não têm êxito. Por quê? Porque há uma ação, que já foi comentada aqui, que está no Supremo. Inclusive, estivemos com a Deputada Erika Kokay e o Ministério Público no Supremo, com o Ministro Carlos Ayres, para tentar sensibilizá-lo dessa problemática para ver se ele consegue colocar em pauta essa discussão.

O que nós temos de entendimento? Com a defasagem hoje apresentada pelos números, temos o entendimento de que não se vai de um dia para o outro atender toda a demanda, mas a gente queria que se estabelecesse um cronograma e que se começasse a efetivar essa política. Mas, infelizmente, se essa ação não for julgada, nós não teremos êxito. Não se pode entrar com outra enquanto essa não for julgada. Nesse sentido, o Conselho Tutelar, juntamente com a Deputada Erika Kokay, com a Comissão de Direitos Humanos, tem empreitado algumas mobilizações, porque enquanto não se discute, não se define essa questão judicial, temos de apelar para a vontade política dos gestores.

E, nesse sentido, o que temos feito? Temos feito mobilizações. Em Ceilândia fizemos um ato público no centro da cidade, em que compareceram, inclusive, algumas crianças de algumas creches. O que mais nos emocionou foi que algumas crianças que já estavam em creches. Ao serem perguntadas por que elas estavam lá, elas responderam: "É para defender o direito dos nossos coleguinhas que não estão na creche."

Fizemos uma articulação muito boa com alguns sindicatos, com a CUT. Promovemos uma carreata em frente ao Palácio do Buriti. Na ocasião, a Maria de Lourdes Abadia era Governadora e, por ela ser assistente social, nós tínhamos muita confiança de que ela iria nos receber e se sensibilizar. Por quê? Era uma pessoa, até então, que entendíamos ser da causa, mas ela não teve o desprendimento nem de receber uma comissão naquele momento.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião			Página
13	11	2008	15h40min	102ª Sessão Geral	Ordinária/Comissão	36	

Hoje, concretamente, em termos de mobilização, em Ceilândia, nós já estamos convocando algumas entidades, algumas associações de moradores que sempre estiveram com a gente, as creches, para fazer essa discussão.

Para não dizer que não houve um avanço, já foi citado aqui que o CIDI foi construído, o Centro Integrado de Desenvolvimento Infantil de Ceilândia. Ele está com capacidade para atender 350 crianças. É quase nada, mas é alguma coisa. A gente julga isso fruto dessa luta de vários atores. Era um esqueleto de creche que estava há 20 anos parado. Com essa mobilização, a gente acredita que a concretização do CIDI, que ainda não está funcionando, foi fruto dessa mobilização.

Hoje, o que nós estamos orientando aos demandantes de creches? A gente está pedindo aos pais para ligarem no 156, para a creche que é de 0 a 3 anos. Eles vão dizer que os pais têm que ir para o CRAS. Mas aí os pais têm que dizer: "Não, já fomos para o CRAS, não tem vaga, eu quero registrar a reclamação aí." Agora, de 4 a 6 anos, que é a pré-escola, eles estão fazendo os pedidos de matrícula tudo direitinho.

Outra coisa que eu queria que vocês orientassem às pessoas que necessitam de creche: liguem no *Disque 100* e denunciem essa violação de direito. A gente precisa se servir desses serviços para que eles se tornem reais. Porque não adianta o Conselho Tutelar dizer que existem 5 mil crianças demandando esse serviço, e a gente não ter dados concretos.

Sempre houve uma dificuldade desse entendimento entre a Educação e a Assistência Social. Nós oficiamos o CRAS neste ano, pedindo a demanda reprimida para atendimento nesse serviço. O CRAS Assistência, neste ano, respondeu o quê? Disse que está em transição e que, em 2009, todo esse serviço passa para a Educação. Até aí tudo bem. Oficiamos a Secretaria de Educação, pedindo o planejamento para o atendimento dessa demanda, que tem registrado no CRAS de Ceilândia 8.280 crianças, sendo 2.196 de 0 a 3 anos, e 6.084 de 4 a 6 anos. Nós pedimos no dia 20 de outubro, e a Secretaria de Educação até hoje não nos respondeu qual o planejamento deles para atender essa demanda.

Nesse sentido, eu acho que a gente deve pegar todas essas ações. Houve outras indicações para fazer valer esse direito de creche. A gente tem que usar toda a nossa organização. Por quê? Porque nesses 5 anos em que eu estou como conselheiro tutelar, foram poucos os sorrisos que eu tive. Quando uma mãe chegou e disse: "Conselheiro, eu consegui", isso foi motivo de comemoração mesmo. Quando chegaram 3 mães de uma vez, a gente parou o Conselho. Elas disseram: "Olha, nós fomos atendidas." Isso foi motivo de festa para nós. Nós sabemos de toda a realidade, que é um direito, mas é um alento até para nós como defensores de direitos e aplicadores das medidas protetivas.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião			Página
13	11	2008	15h40min	102ª Sessão Geral	Ordinária/Comissão	37	

Bom, pessoal, eu quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos à disposição. Cada dia que encontrarmos com vocês, vamos renovar a luta, até que efetivemos essa política que é essencial para a criança, o adolescente e suas famílias. Para que amanhã não vejamos alguns casos que a gente já enfrentou, como ir ao CAJE fazer fiscalização e encontrar uma criança ou um adolescente que está lá preso – não está internado, está preso naquela cela – e quando você vai olhar o histórico dela lá no Conselho Tutelar, ela teve essa demanda de creche que não foi atendida.

Então, nós não podemos fechar os nossos olhos e não podemos deixar as autoridades fechar os olhos para as nossas crianças, porque hoje é um discurso unânime. Quando se vê uma criança cometendo um ato infracional, ninguém olha o quanto o Estado foi criminoso com essas crianças, e só temos punição e responsabilização para os pais e para o próprio adolescente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Evaldo.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando de Figueiredo. O senhor dispõe de 3 minutos.

Em seguida, passarei a palavra para a Sra. Marla das Graças, que também disporá de 3 minutos.

SR. FERNANDO DE FIGUEIREDO – Boa-noite a todos.

Agradeço à Deputada Erika Kokay pelo convite e também por ela ser uma guerreira que luta pelos direitos humanos, não somente dos adultos, mas também das crianças. Ela não se esquece de nenhum dos 2.

Quando eu estava no presídio – sou ex-presidiário –, ela sempre lutou por nossos direitos dentro do presídio, não deixando que fôssemos maltratados e nem ficássemos esquecidos lá. E hoje estou aqui fora e por isso ela pode contar comigo.

Aqui fora, hoje, ela está lutando pelas crianças, em prol de creches, de benefícios, para que essas crianças não venham passar pelo que eu passei. Por quê? Por falta de um investimento quando eu era criança.

Hoje está aqui a comunidade da Estrutural, a qual agradeço, que veio aqui também a convite da Deputada Erika Kokay. São mães e pais que largaram lá os seus afazeres e vieram aqui. Agradeço aos outros representantes que aqui também estão.

Há muitas crianças lá na Estrutural que, muitas vezes, nós vemos que elas não têm oportunidade de estar numa creche. Essas crianças ficam nas ruas, jogadas. Um dia desses, uma criança foi atropelada por um ônibus no ponto de um colégio. Muitas vezes, até mesmo dentro da cidade Estrutural, está faltando colégio. As



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

crianças têm de sair da cidade Estrutural para estudar em outra cidade. Lá falta até colégio de ensino médio. Não vamos nem falar em creche. Se está faltando para os mais velhos, e para as crianças de 1 a 3 anos de idade? Aí é que não tem mesmo! Eu fui à Estrutural convidar as mães para virem assistir a esta comissão geral. Elas falaram para mim: "Fernando, eu não tenho condição de ir com você participar lá, até gostaria de ir, mas não posso ir porque eu tenho 4, 5 filhos e não tenho onde deixar e não tenho como levar essas 5 crianças também". Então, é triste.

Mas queremos agradecer à Deputada Erika Kokay e a todos os presentes que estão lutando para que nós possamos ter um futuro melhor, para que nossas crianças também possam ter creche e que possam estar sendo bem atendidas. E que o Governo se preocupe em até gastar com essas crianças agora para que elas possam ter um futuro brilhante e que não venha gastar como gastam dentro dos presídios com adultos, muito dinheiro.

Hoje em dia, pode-se investir numa criança tirando ela da rua, até mesmo de ficar lá largada na rua. Muitas vezes, a mãe e o pai lá da Estrutural – lá acontece isso, dentro da Estrutural – saem para trabalhar. Se não tem creche, o que o pai vai fazer? Se ele não sair para trabalhar, as crianças vão morrer de fome. Então, o pai e a mãe têm de arriscar. Eles deixam as crianças lá, largadas. E, infelizmente, muitas das vezes, essas crianças ficam lá largadas no meio da rua e são ali acolhidas por quem? Por traficantes, por pessoas que muitas vezes não têm nada de bom para passar para aquelas crianças, e elas irão aprender coisas tristes. O que vemos dentro da Estrutural é isso aí. Crianças largadas, no meio da rua, muitas vezes porque o pai e a mãe têm de sair, o vizinho também não tem condições de cuidar e elas ficam lá. E essas crianças ficam lá aprendendo coisas que não deveriam. Elas deveriam estar tendo um apoio numa creche de pessoas que são capacitadas para educar essas crianças.

Agradeço pela oportunidade, agradeço à Deputada Erika Kokay e a todos os presentes aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Fernando.

Concedo a palavra à Sra. Maria das Graças e, em seguida, para a Sra. Núbia de Oliveira.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS – Boa-noite. Agradeço à Deputada Erika Kokay por esta oportunidade e a todos os presentes à Mesa por este debate.

Eu tenho uma creche na cidade do Guará II. O pessoal diz que o Guará é de classe média alta, não tem abandono de criança, não tem "isso", não tem "aquilo". Trabalho com mães carentes, filhos de catadores de reciclagem de papel, de latas, com essas crianças. As mães levavam as crianças nas carroças para catar o seu ganha-pão. No trajeto, se essa criança sofresse um acidente ou sentisse fome, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

mãe ia ao *container* do supermercado, do sacolão, pegava uma fruta estragada, um iogurte vencido e dava para a criança. A maioria dessas crianças vai para creche para ter a sua alimentação.

A minha preocupação, Deputada Erika Kokay, realmente é porque atendo crianças de zero a 5 anos. Essas crianças que completaram 5 anos e vão completar 6 até julho do ano que vem não têm escolas. Vão ficar na rua à mercê de tudo. Não posso detê-las porque não tenho educação infantil e vou ser tachada pelo governo, que vai, de qualquer forma, me perseguir por eu não ter o atendimento infantil. Eu tenho muita preocupação.

Até o ano passado, o CDS pegava a minha relação de crianças que completavam 5 anos e levava até o Sorriso de Maria, que é uma instituição que tem convênio com o Governo e com a Secretaria de Educação. Porém, neste ano, fui ao CDS e ele disse: "Não, Deus me livre! Não vamos mexer com creche, não queremos saber de creche, não queremos saber de nada. A senhora manda as mães ligarem no 156".

Eu tenho mães abaixo da linha da pobreza, que não conseguem um cartão de orelhão, até porque o telefone 156 fica tocando uma musquinha durante meia hora mais ou menos. A pessoa termina perdendo aquele cartão. No dia 20 de novembro, encerra o prazo para as mães fazerem as matrículas. Eu estou aqui em nome das mães do Guará II, até porque o pessoal da Estrutural também pertence à Região Administrativa do Guará. Eles sofrem com as mesmas pendências nossas. Vão sofrer porque não há escolas. O Guará, realmente, não tem escolas de ensino de 5 a 6 anos. Não tem! Há 1, 2 ou 3, cuja demanda já está enorme. Então, a minha preocupação maior é esta, que essas crianças vão ficar abandonadas, na rua, no ano que vem. Não posso atender e não existe escola! É o Governo que teria que dar.

Agradeço muito à Deputada Erika Kokay. Está aqui a minha reivindicação, até a minha revolta por essas mães. Vivo de doações, não tenho convênio com o Governo, até porque, toda vez que você entra com o documento — ah, uma certidão venceu —, é uma burocracia tão grande, que você até desiste. Eu, pelo menos, desisti, porque o CRAS é uma burocracia enorme. Você não tem condição.

Então, quero agradecer à Deputada, mais uma vez, e a todos aqui presentes. Vamos nesta luta, inclusive o pessoal da Estrutural, que é da Região Administrativa do Guará.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Agora, vou passar a palavra para Núbia de Oliveira. Em seguida, à Abadia Teixeira.

Eu queria que alguém da Assessoria pudesse pegar a demanda, para que possamos encaminhar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

Concedo a palavra à Sra. Núbia de Oliveira.

SRA. NÚBIA DE OLIVEIRA – Boa-noite à Mesa. Boa-noite a todos e a todas. Primeiramente, quero agradecer por esta oportunidade à Deputada Erika Kokay, às PLPs, que estou aqui representando, à Marcha Mundial, pelo convite e a presença de todos vocês. É muito importante nós nos organizarmos.

Primeiramente, vim aqui falar em nome de uma creche localizada à QS 11, que é uma creche comunitária que atende 25 crianças. Tenho certeza de que vocês se assustaram, porque, num local como o Areal, não deve ter somente 25 crianças! Infelizmente, pelo fato de a nossa creche não ter um espaço maior e não ter verba, ficam fora umas 120 crianças no total, fora as de que não temos conhecimento. Isso é uma vergonha!

A minha pergunta é sobre a verba de que a nossa colega do Fórum da Criança e do Adolescente falou, os 14 milhões. Se o Governo gastou somente mil e poucos reais com a creche, o resto, o que sobrou é devolvido para o Governo Federal? O que se faz com esse dinheiro que está sobrando, sendo que tem tantas crianças precisando? E as crianças que estão sobrando? E as mães e os pais que estão sofrendo descaso pela população? Então, a minha pergunta é essa.

Eu gostaria de saber também a respeito da reivindicação do nosso colega da Creche Liberdade, da QS11, a respeito da burocracia. Por que tanta burocracia para uma creche comunitária que vai atender crianças? Como falaram vocês da Mesa, nossos representantes, lutadores, essa é uma obrigação. O Estatuto da Criança e do Adolescente não pode ser burlado por nenhum de nós. Infelizmente, está acontecendo isso. Por que tanta burocracia? Para desmotivar mais ainda a cidadania das crianças e dos adolescentes?

Outra pergunta: nós que estamos aqui, o que vamos fazer? Será que vamos conseguir dormir hoje com essa bomba estourada no Distrito Federal e com essa tristeza que me corrói? Eu não tenho filho. Eu sou apenas uma líder comunitária, mas me acho no dever, como cidadã, de lutar por essas crianças, porque, como a companheira do fórum falou, criança não é futuro, criança é agora. No futuro, elas estarão todas adultas, adultas sem nenhuma oportunidade, adultas sem nenhuma esperança. Então, é isso que fica. E nós? O que vamos fazer? Vamos nos mobilizar, organizar-nos e gritar se for o caso. Se for caso, faremos um *lobby*. É radical? Mas é! Porque o Distrito Federal é a Capital e tem de dar o exemplo para os outros estados. Então, é necessário que nós todos não deixemos isso para amanhã quando o juiz quiser ou quando os Deputados estiverem a fim de participar da sessão. Não, nós temos de ir para a imprensa. Nós temos de radicalizar mesmo e nos juntar e organizar melhor.

Desde já, eu agradeço a Deputada Erika Kokay pela sua luta. S.Exa. sempre vem atendendo os direitos humanos. Precisamos de pessoas como a Erika e como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

todas as mulheres que estão aqui na luta. Com certeza, é por isso que está acontecendo isso aqui, porque tem a liderança de mulheres à frente. Nós mulheres temos essa sensibilidade e essa competência também.

Muito obrigada a todos vocês por terem me escutado.

Muito obrigada, Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra agora à Abadia Teixeira, nossa última inscrita para fazer uso da palavra.

SRA. ABADIA TEIXEIRA – Boa-noite a todos.

Deputada, nós estamos na Estrutural fazendo um levantamento de todas as crianças que tem de 0 a 6 anos, porque queremos fazer uma pressão sobre o Governo local para ver se conseguimos uma creche, especialmente lá para a Estrutural, que está precisando muito.

Eu estou aqui, na verdade, para fazer uma denúncia, para pedir aos Direitos Humanos e aos representantes aqui da criança e do adolescente que vão dar uma olhada nas nossas crianças, porque isso que o Fernando falou é verdade. Elas saem da Estrutural para estudar em outros lugares e são tratadas como mercadoria mesmo, com muita violência e com muita dificuldade para chegar à escola. Os pais não têm muito a fazer. Agora mesmo, uma criança foi morta lá. Têm de deixar levar porque não podem deixar sem escola. As escolas, não há previsão de serem construídas. Estamos nessa luta para que o GDF vire o olhar para a Estrutural e construa escola para os nossos adolescentes. Adolescente é prioridade. Nós estamos sendo roubados em nossos direitos na Estrutural. Não temos creche lá, onde há mais de 5 mil crianças de 0 a 5 anos. Estamos fazendo um levantamento, que depois traremos a V.Exa., Deputada. Os nossos adolescentes de 6 a 15 anos que estão no ensino fundamental estão sendo tratados como mercadoria.

Eu estou fazendo uma denúncia e pedindo aos órgãos responsáveis pela criança e pelo adolescente que dêem uma olhada para nós lá, para nossas crianças, que dêem uma pressionada no GDF, nos governantes do Distrito Federal para ver se melhora algo para nós lá.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Abadia. Concedo a palavra aos componentes da Mesa, por 2 minutos, para que possam responder ao que couber e fazer as suas considerações finais. Depois, faremos os encaminhamentos.

Concedo a palavra a Sra. Roseana Pereira Mendes, do Ministério da Educação, que está na Mesa substituindo a Sra. Zóia.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião			Página
13	11	2008	15h40min	102ª Geral	Sessão Ordinária/Comissão	42	

SRA. ROSEANA MENDES – Boa-noite a todos e a todas. Eu reiterei aqui os agradecimentos da Zóia por o MEC ter sido convidado para essa audiência. Para nós, é um privilégio podermos estar aqui, conversar com vocês e ouvir vocês.

O MEC tem o papel de ser o coordenador nacional da política de educação. Nesse sentido, entendemos – e está clara na lei a competência dos municípios e dos estados na educação infantil, no ensino médio e no ensino fundamental – que o MEC não pode estar ausente nesse momento em que estamos discutindo um assunto tão grave que diz respeito à educação infantil. Nesse sentido, para nós é fundamental a nossa presença aqui. Mas é importante também reiterar que estamos lá à disposição de vocês para que possamos juntar forças nessa luta. Eu acho que todas as pessoas que estiveram aqui hoje falaram, o tempo inteiro, dos deveres e dos direitos: dos direitos das crianças, das famílias, dos pais e do dever do Estado em atender a esses direitos. A matrícula na educação infantil não é obrigatória – todos sabemos disso –, mas, se a família optar por colocar as suas crianças, o Estado tem o dever de oferecer esse atendimento. Então, é nesse sentido que precisamos juntar forças para que o Estado realmente cumpra esse dever. A partir do momento em que as famílias optarem - é importante deixarmos claro -, é direito de todas as crianças.

É uma pena que o professor João Monlevarde saiu antes, mas eu quero dizer que as crianças que estão lá no campo, que estão indo com suas mães para o campo também têm direito à educação infantil. Elas também têm esse direito.

Quando dizemos “direito de todas as crianças”, é de todas as crianças: as com deficiências, as indígenas, as negras, as pardas, as brancas, todas as crianças. O Estado tem o dever de oferecer vaga para todas as crianças.

É nesse sentido que precisamos juntar as nossas forças. Além da mobilização da comunidade, devemos também procurar os fóruns, como a Ângela já disse aqui, o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, todas as Instâncias. Precisamos contar com a parceria da Câmara Legislativa, principalmente na pessoa da Deputada Erika Kokay. É nesse sentido que precisamos estar juntos.

Eu gostaria de deixar, para contato, o telefone do MEC, da Coordenação-Geral de Educação Infantil: 2104-8645. A coordenadora é a professora Rita Coelho.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Roseana.

Concedo a palavra para a Representante do Comitê Diretivo do MIEB, Sra. Ângela Barreto.

SRA. ÂNGELA BARRETO – Bom, eu apenas gostaria de reforçar a importância da mobilização social na defesa do direito à educação quando a criança é pequena, porque nossa experiência mostra claramente que o reconhecimento desse direito só vem sendo feito quando há uma luta muito grande da sociedade civil para que isso



Data			Horário Início	Sessão/Reunião			Página
13	11	2008	15h40min	102ª	Sessão	Ordinária/Comissão	43
				Geral			

aconteça. Então, estamos vendo o direito negado, e, para que essa situação mude, temos que nos mobilizar, agir, incidir fortemente nos órgãos competentes.

Nós, do MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil, dos fóruns de educação infantil dos estados, estamos nessa luta já há vários anos e temos conseguido alguns sucessos. Estivemos ativamente na luta pela inclusão da creche no FUNDEB, e, então, trabalhamos muito junto com a campanha nacional pelo direito à educação. No Congresso Nacional, no momento em que era Relatora a Deputada Iara Bernardes, conseguimos a inclusão da creche no FUNDEB. Se isso, no Distrito Federal, não é tão importante, porque aqui não temos um fundo como nos outros estados — em que se juntam os recursos dos estados e dos municípios e se dividem entre esses entes federados —, temos, por outro lado, que o reconhecimento, a inclusão da creche no FUNDEB foi, mais uma vez, o reconhecimento de que a creche é um atendimento educacional.

Então, temos, no Distrito Federal, uma situação de entidades conveniadas com a assistência social, que é também bastante preocupante em vários outros estados e municípios, onde processo de transição dessa situação já está muito mais avançado do que no Distrito Federal. Lamentavelmente, aqui no Distrito Federal, temos ainda essa inércia da área da educação com relação ao atendimento das entidades conveniadas, e esse é um ponto sobre o qual nós temos que fazer uma luta muito grande. No momento, nós temos, também, a luta do orçamento. Precisamos ver aqui com a Deputada Erika Kokay que estratégias podemos utilizar para que asseguremos recursos para as creches no próximo orçamento da educação no Distrito Federal.

Eu agradeço e parabenizo todos que estão aqui na defesa desse direito das nossas crianças, que são realmente presente, e não futuro. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Sra. Ângela. Concedo a palavra à integrante do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Monalisa Lacerda.

SRA. MONALISA LACERDA – Respondendo à pergunta da Núbia — o que vai acontecer com os recursos que não forem utilizados —, provavelmente, esses recursos já devem ter sido utilizados, porém para outras políticas, não para o programa de promoção comunitária, mas, com certeza, para um viaduto, para os jardins da cidade, para outra política, menos a política da educação e, principalmente, da educação infantil.

Precisamos ficar atentos. Falar em orçamento, números, matemática parece confuso, e ninguém entende. Não é! Precisamos ficar atentos a quando será elaborado o orçamento do meu estado. Agora, o Distrito Federal está passando pelo período de elaboração do orçamento. Quem sabia disso? Duas pessoas aqui sabiam disso. Então, é este o momento de virmos a esta Casa, estar junto aos Deputados e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

discutir se esse orçamento que está sendo destinado para a criança e o adolescente, em especial, para a educação e, em especial, para a educação infantil é suficiente. Quatorze milhões não é um número pequeno, mas, se não é utilizado, não é nada. Por isso, precisamos ficar atentos e cumprir nosso papel de controladores sociais. A Constituição Federal nos delega esse poder de estarmos aqui, nesta Casa, fiscalizando os recursos que estão sendo investidos. E, como eu já disse, a criança e o adolescente são prioridades absolutas nas políticas públicas de educação, de saúde, de assistência social, qualquer que seja.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer à Deputada Erika Kokay, nossa companheira do Fórum dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Somos conterrâneas — eu também sou cearense! O Fórum dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes está aberto às entidades, à sociedade civil e aos moradores das regiões administrativas. Estamos na luta pela defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, porque temos de fazer alguma coisa hoje! Não adianta, depois, ficarmos lamentando: “Ah! Eu deveria ter feito! Ah, eu poderia ter feito! Ah, eu deveria ter agido”. Precisamos agir hoje!

Na verdade, o Fórum dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes é formado por um colegiado. E, nesse colegiado, eu represento o Instituto Marista de Assistência Social, que presta assessoria a organizações não governamentais. Então, passo a todos vocês o meu contato, 2102-2184, e o meu e-mail: [mlacerda@marista.edu.br](mailto:mlacerda@marista.edu.br).

Boa noite a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Estamos chegando ao final dos nossos trabalhos. Antes de vir para esta Casa, estava no CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Comissão dos Direitos Humanos solicitou pauta e apresentou alguns documentos, um dossiê sobre a situação da criança e do adolescente no Distrito Federal, que é absolutamente preocupante sob vários pontos de vista. Inclusive, o orçamento chegou a 16 milhões porque foi modificado na Câmara. Ele tinha os recursos para a construção de uma creche. Nós, que temos uma interseção e participamos do acompanhamento do OCA – Orçamento Criança e Adolescente, em um grupo capitaneado pelo Ministério Público, fizemos essa discussão no Ministério Público, juntamente com os conselhos tutelares e a RECRIA – Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, construída com a iniciativa do Ministério Público. Elaboramos uma proposta, recebida pelo conjunto dos Parlamentares, que entraram em acordo para aumentar uma série de previsões orçamentárias destinadas às crianças e adolescentes: liberdade assistida, conselho tutelar, creches, dentre outras. E tudo foi construído a partir do Ministério Público e da sociedade civil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45

Foi importante ter conseguido e aumentado, mas não foi executado. Então, não adianta só a previsão orçamentária porque não se executa. E isso é muito mais cruel porque fomos analisar a proposta orçamentária do Governo do Distrito Federal para crianças e adolescentes em algumas rubricas, e eles estão destinando 0% para liberdade assistida, que é o caso de meninos em começo de vida infracional, em meio aberto. Isso é prioridade no sistema nacional de medidas sócio-educativas para adolescentes infratores, porque estão na sua relação com a comunidade e com a família, em geral, no começo da vida infracional. Eles têm, do Governo Federal, 100 reais *per capita*, ou seja, por adolescente, e estão com 0% do orçamento!

Estão com 0% algumas ações de enfrentamento — não o plano, mas algumas ações de enfrentamento — à exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília foi desnudada na sua política de abandono a crianças e adolescentes com as denúncias de que meninas e meninos de 9 e 10 anos faziam programas por 3, por 5 reais na Rodoviária do Distrito Federal. Crianças vítimas de exploração sexual.

Também algumas ações de enfrentamento ao trabalho infantil estão sem dotações orçamentárias. Isso é gravíssimo. Dá a impressão de que temos um Estado que não é articulado. Quando se ouve o Governador dizer que os secretários não podem colocar cargos comissionados ilegalmente ou que os gestores não podem ter uma postura promíscua, não podem misturar os interesses empresariais e os interesses públicos, dá a impressão de que S.Exa. está falando de alguma coisa da qual ele não é o maior representante. Ele é o Governador. E mandou uma carta para os secretários, para os administradores, com essas recomendações. Isso é muito grave.

Primeiro, se S.Exa. está recomendando, é porque percebeu que existe essa postura, o que é gravíssimo. Ter postura de utilizar a política pública para servir a interesses privados ou empresariais é gravíssimo. Se não tivesse reconhecido que existe, não teria feito as recomendações.

Segundo, S.Exa. se isenta da responsabilidade de gestor maior, eleito pelo povo com o conjunto das políticas. Há uma lógica - que hoje estava nos jornais - como se não fosse um Governo só, um Estado só.

Defesa de criança e de adolescente, de creche, deveria ser política de estado, e não de governo. Essa história de entrar um governo e destruir tudo o que o outro fez para fazer outras coisas parece uma briga imensa de cores. Porque os postos policiais comunitários têm que ser verdes. Daqui a pouco, vão pintar as faixas de pedestres de verde, pois as faixas de pedestres marcam um governo. Assim, vão pintá-las de verde para tirar a marca. O que eu digo é que isso tem que ser política de Estado, independente do governo que entrar, tem que ter continuidade.

O programa, por exemplo, Saúde da Família – que já foi Saúde em Casa, Família Saudável, ou qualquer nome que tenha -, programas de atenção primária



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46

como o Saúde da Família devem fazer parte de políticas de Estado, não podem fazer parte de política que fique submetida à bondade de um governo, porque os governos passam. Alguns não querem que passem, mas os governos passam. Devem fazer parte de políticas de Estado porque essas políticas públicas é que são fundamentais para a construção da dignidade humana.

A postura do Governo hoje é de que se aquela verba não foi executada, será cortada da previsão orçamentária. Então, pensem. Qual o argumento para se prever zero para a liberdade assistida? Eles mandaram 69 mil e nós aumentamos para 169 mil – e temos pouco poder para mexer, porque só podemos mexer em 20% do Orçamento. O Parlamento tem pouco poder. Nós não podemos mexer em estruturas sociais, verbas de natureza permanente, numa série de coisas. Enfim, eram 69 mil e aumentamos para 169 mil; e o Governo executou menos de mil reais. E o próprio Governo diz: “não executou”; como se ele não fosse Governo também. Então diz: “nós vamos tirar”. Fica muito complicado. Com qual lógica eles estão trabalhando? Se não executou é porque não precisava do dinheiro. Então, não vai ter dinheiro no ano que vem. É uma lógica que cerca por tudo quanto é lado.

Nós vamos continuar trabalhando. Estamos vendo o Orçamento. Temos no Fundo Constitucional 7 bilhões, 842 mil, que vieram do Governo Federal. Mas o que é muito grave é que dos 7 bilhões e 800 mil - para arredondar - 4 bilhões são para segurança e 3 bilhões e 800 mil para a saúde e a educação – sendo 1 bilhão e 600 mil para a educação e 2 bilhões e 100 mil para a saúde. Estou arredondando. Então, de 7 bilhões e 800 mil, têm-se para a segurança 4 bilhões e 300 mil; mais da metade. Se analisarmos 2004, 2005, 2006, 2007, 2008... Em 2004, só para se ter uma idéia, era 1 bilhão e 906 mil, num total de 3 bilhões e 900, para Segurança; e para Saúde e Educação, 2 bilhões e 68. Isso significa que era maior a destinação do Orçamento para a Saúde e Educação.

Se pegarmos antes, porque, em verdade, não era Fundo Constitucional, mas era responsabilidade do Governo Federal – o Fundo Constitucional passou a existir a partir de 2002. Em 2002, vamos ver que essa proporção foi aumentando. Hoje, 2 terços do Fundo Constitucional são gastos com Segurança. Mas acontece o seguinte: se você não investe em Saúde e Educação, a violência aumenta. É um saco sem fundo! Você nunca vai ter o investimento necessário em segurança, se não tiver investimento em saúde e educação, que é o que nós estamos discutindo e é sobre o que o Fernando falava: creches, educação e saúde de qualidade. Então, é saco sem fundo!

Só para se ter uma idéia, falando dos recursos do Governo local, temos 4 bilhões e 198 milhões para a Educação e 3 bilhões e 686 milhões para a Saúde. Um orçamento grande. O percentual de 25% para a Educação vai ser cumprido, mas com recursos próprios. Os 25% foram cumpridos com o Fundo Constitucional, que é do Governo Federal. Diminuiu do Fundo Constitucional e aumentou a participação da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	47

Saúde no Fundo. Qual foi o jogo que foi feito? Para cumprir o percentual da Educação, eu diminuí a participação da Educação no Fundo Constitucional, aumentei com os recursos próprios, aumentei a da Saúde e diminuí com recursos próprios. Então, foi feito um jogo entre a Saúde e a Educação, porque o percentual da Saúde é menor. Então, será cumprido, provavelmente, com essa manobra entre a Saúde e a Educação.

Portanto, eu diria que nós temos uma série de discussões a serem feitas, e a compreensão da necessidade de a população se mobilizar - eu concordo com a Ângela - é o que dá permanência.

Nós estamos invertendo um pouco a lógica na saúde mental. Dia 15, sábado, estamos numa articulação muito grande com o povo de Ceilândia, que envolve o Ministério Público, a Vara da Infância e da Juventude, as igrejas e outras entidades, para abertura do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas. Existem 2 mil e 400 casos de violência doméstica. A droga é uma variável importante, como a violência também - tem na droga uma variável -, e não há atendimento em Ceilândia, que possui por volta de 500 mil habitantes. Então, nós estamos começando a fazer uma articulação com movimento social para estimular.

Nós vamos fazer o seguinte, se vocês estiverem de acordo: depois, nós queremos chamar a uma reunião de trabalho as entidades que participaram desta Comissão Geral. É importante envolver o Sonho de Liberdade nessa discussão. Queremos fazer essa reunião e tirar dela uma estratégia. Queremos o empoderamento do Comitê, criar um comitê que pense uma série de ações. Já há um comitê, mas queremos ampliá-lo com uma participação maior, mais efetiva, para que possamos tirar uma série de ações conjuntas, todos nós, trabalhando em rede, irmos para as cidades para começarmos a fazer esse movimento.

Vocês, da Estrutural, identifiquem quem são, como Ceilândia está fazendo. Já existem 17 entidades participando, e a perspectiva é de que haja muito mais. Começou com menos entidades. Pode ser igreja, organização social, educadores, Ministério Público, todos que são parceiros, podem se organizar e criar, como Ceilândia criou, essa rede social, que está discutindo agora a saúde mental, no atendimento de álcool e droga, em função desses dados. Mas também levaremos para Ceilândia a questão da luta por creche, para que a população possa ir se apoderando dessas lutas para dar permanência a elas.

Então, vamos chamar todas e todos para realizarmos uma discussão de trabalho. Não será uma comissão geral e nem audiência pública, apenas sentaremos para ver o que iremos fazer e organizar nesta luta pelas creches com todas estas entidades. A nossa idéia é começarmos a fazer caravanas, a fazer panfletos alertando sobre o direito a creche, sobre qual é a realidade naquela cidade. Devemos começar a nos mobilizar. Porque tenho a certeza de que se as mães acreditarem na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   11   2008	15h40min	102ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	48

sua própria capacidade, falo as mães, mas digo a sociedade em geral, e acreditarem na coragem que carregam — e elas têm coragem demais, porque eu já vi muita mãe entrar em boca de traficante e em depósito de armas clandestinas, de madrugada, para tirar seus meninos de lá. Então, elas têm muita coragem —, conseguiremos fazer uma boa luta e pressionaremos o Estado em todas as suas esferas para que cumpra o seu dever constitucional.

Abadia, você quer falar?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Então, poderíamos ver se todos e todas podem participar para dar concretude à luta de defesa dos direitos da mulher. Dar concretude à creche e dialogar com a angústia, com a dor que às vezes não conseguimos dialogar, para superar a dor e a angústia.

Eu queria agradecer muito a presença de cada um e de cada uma de vocês. Agradeço a vocês da Estrutural que vieram aqui lutar por seus direitos. Eu gostaria de agradecer aos componentes da Mesa, aos que resistiram e aos que tiveram que sair também. Agradeço ao Fórum; à Monalisa; à Roseana, aqui representando o MEC; a Ângela, representando o MIEIB, que são movimentos importantes. Reconhecemos a necessidade das suas existências e de seu "empoderamento".

Aproveito para dizer que o Agnelo gostaria de ter estado presente a esta comissão geral, mas não teve condições de vir. Ele me pediu para divulgar que, no dia 22 de novembro, sábado, a partir das 21 horas, na Associação dos Funcionários do Banco do Brasil - AABB, com entrada franca, acontecerá um grande *show* com Alceu Valença. Esse show será promovido pelos Amigos do Agnelo. Então, em nome do Agnelo, convido todos e todas para irem a esse show.

Um abraço muito grande a todos vocês. Fiquem em paz.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h13min.)